

MARA SUZANA DE SOUZA

HORIZONTES NEBULOSOS:  
Possibilidades de atuação extra-acadêmica dos egressos do curso de  
Ciências Sociais – UFSC – currículo 2007

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a graduação de Ciências  
Sociais, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito parcial para a  
obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. José Pedro Simões  
Neto

Florianópolis, SC  
2015

Souza, Mara Suzana de

Horizontes Nebulosos : Possibilidades de atuação extra- acadêmica dos egressos do curso de ciências sociais UFSC currículo 2007 / Mara Suzana de Souza ; orientador, José Pedro Simões Neto - Florianópolis, SC, 2015.

106 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Profissão. 3. Cientista social. 4. Extra-acadêmico. I. Simões Neto, José Pedro . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Mara Suzana de Souza

**HORIZONTES NEBULOSOS:  
Possibilidades de atuação extra-acadêmica dos egressos do curso de  
Ciências Sociais – UFSC – currículo 2007**

Este Trabalho de Graduação foi julgado adequado para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pela Comissão examinadora e pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de Agosto de 2015.

---

Prof.º Dr.º Jeremy Paul Jean Loup Deturche  
Coordenador do Curso

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.º Dr.º José Pedro Simões Neto  
Orientador  
UFSC

---

Prof.º Dr.º Antônio Alberto Brunetta  
UFSC

---

Prof.º Dr.º Jacques Mick  
UFSC

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a minha irmã Nara, que esteve comigo durante todo o longo percurso que me trouxe até esse momento, sempre acreditando em mim, me incentivando e me confortando nas horas difíceis.

Agradeço ao professor José Pedro por acreditar nas possibilidades desta pesquisa, por sua paciência e generosidade em nossas longas discussões sobre os rumos do projeto e depois da pesquisa. Agradeço em especial sua dedicação para que este trabalho de fim de curso se tornasse possível.

Agradeço aos funcionários da coordenação do curso de Ciências Sociais por sua disponibilidade, paciência e, sobretudo, pela liberação de acesso aos materiais de discussão sobre o curso de Ciências Sociais os quais são parte desta pesquisa.

Agradeço aos colegas e professores por suas contribuições nas discussões em aula ou não, que auxiliaram nas reflexões sobre o assunto.

## **RESUMO**

“Horizontes Nebulosos” procura analisar a inserção profissional dos cientistas sociais em espaços extra-acadêmicos. Seu objetivo se volta, fundamentalmente, aos egressos do curso de Ciências Sociais – UFSC, a partir do currículo 2007. A pesquisa foi desenvolvida com base em um questionário enviado por e-mail, a todos os egressos identificados como pertencentes ao ‘novo currículo’. Como suporte à discussão, são apropriados elementos da Sociologia das Profissões, destacando três escolas – a funcionalista; a interacionista; e a neoweberiana, em associação ao processo de profissionalização das Ciências Sociais a partir da década de 1930, com a implantação dos primeiros cursos de Sociologia, notadamente em São Paulo. Em particular é descrito o processo de discussões que resultou na mudança curricular, embasando os resultados que demonstram, sobretudo, o baixo reconhecimento dos profissionais das Ciências Sociais fora da academia.

Palavras chave: Ciências Sociais, cientista social, extra-acadêmico.

## **ABSTRACT**

"Horizons Nebulous" analyzes the occupational integration of social scientists in non-academic areas. Your goal turns fundamentally to graduates of the course of Social Sciences - UFSC, from curriculum 2007. The research was conducted based on a questionnaire sent by email to all graduates identified as belonging to the 'new curriculum'. In support to the discussion, are appropriate elements of Sociology of Professions, highlighting three schools - the functionalist; the interactionists; and neoweberiana, in association with the process of professionalization of the social sciences from the 1930s, with the implementation of the first Sociology courses, especially in São Paulo. In particular it describes the process of discussions that resulted in the curriculum change, basing the results demonstrate, above all, the low recognition of professional social sciences outside academia.

Key words: social sciences, social scientist, extra-academic

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Egressos Ciências Sociais .....	59
Tabela 2 - Influências em cursar Ciências Sociais .....	60
Tabela 3 - Ano de conclusão do curso de Ciências Sociais.....	61
Tabela 4 - Habilitação .....	61
Tabela 5 - Continuidade aos estudos na pós-graduação .....	65
Tabela 6 - Não trabalha x estudo pós-graduação.....	66
Tabela 7 - Trabalha x pós-graduação .....	68
Tabela 8 - Atividade profissional x Trabalha atualmente.....	69
Tabela 9 - Dificuldades em se posicionar no mercado.....	70
Tabela 10 - Estratégias para vencer as dificuldades em se posicionar no mercado de trabalho .....	71
Tabela 11 - Avaliação do mercado de trabalho dos cientistas sociais ...	76
Tabela 12 - Atualização na área das Ciências Sociais.....	77
Tabela 13 - Variável Salário.....	77
Tabela 14 - Comparativo pesquisa atual x pesquisa Mick et al (2012). 84	

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política  
AVISO – Associação Virtual dos Sociólogos  
CAGR – Controle Acadêmico de Graduação  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações  
DAE – Departamento de Administração Escolar  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
EAD – Educação à Distância  
ECP – Estágio Curricular Profissionalizante  
ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política  
FFLC – Faculdade de Filosofia Letras e Ciência  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FNS – Federação Nacional de Sociólogos  
LAC – Laboratório de Atividades Complementares  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
ONG – Organização não Governamental  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
PPCC – Prática Pedagógica como Componente Curricular  
RH – Recursos Humanos  
SUAS – Serviço Único de Assistência Social  
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia  
SeTIC – Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TCL – Trabalho de Conclusão de curso de Licenciatura  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
USP – Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	23
2.1	O CONCEITO DE PROFISSÃO .....	23
2.1.1	Perspectiva funcionalista .....	23
2.1.2	Perspectiva interacionista .....	24
2.1.3	Perspectiva neoweberiana .....	26
3	<b>O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO PROFISSÃO NO BRASIL .....</b>	<b>31</b>
3.1	CIÊNCIAS SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO .....	38
3.1.1	Características do espaço acadêmico .....	41
3.1.2	Características do espaço profissional extra-acadêmico ..	42
3.1.3	A Regulamentação da profissão de Sociólogo .....	45
4	<b>AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA UFSC .....</b>	<b>49</b>
4.1	OS DEBATES INTERNOS À GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS .....	50
4.2	A REFORMA CURRICULAR .....	54
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS ANTERIORES A REFORMA CURRICULAR 2007 .....	58
5	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>59</b>
5.1	METODOLOGIA .....	59
5.2	PERFIL DO EGRESSO GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UFSC .....	60
5.3	O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS .....	60
5.4	SAÍDA DA GRADUAÇÃO .....	65
5.5	INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO .....	66
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>95</b>
	<b>ANEXO A – ATRIBUIÇÕES DO(A)S SOCIÓLOGO(A)S PARA O SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, com esse trabalho, analisar as inserções profissionais em espaços extra-acadêmicos dos cientistas sociais, tendo como base os egressos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mais especificamente do currículo 2007. A proposta curricular vigente, é uma tentativa de suplantar as demandas dos discentes por maior relação entre “prática e teoria”, assumindo uma aproximação com o mercado de trabalho dos cientistas sociais, bem como responder as exigências do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para os cursos de Ciências Sociais e afins.

A motivação para este estudo surgiu da observação do desuso do Estágio Curricular Profissionalizante (ECP) por parte dos formandos do curso de Ciências Sociais – UFSC, o qual atende aos pedidos dos discentes para se aproximar do mercado de trabalho. O confronto com os princípios de formação do curso, exposto no Projeto Político Pedagógico (PPP) de capacitação analítica e intervenção junto à realidade, conduziram a investigação sobre a inserção profissional, em espaços extra-acadêmicos, do cientista social/sociólogo profissional<sup>1</sup>. Surgiram questionamentos sobre a utilidade e aplicabilidade das Ciências Sociais em atividades não dirigidas ao conhecimento científico, traduzidas na suposta dicotomia entre ciência e profissão, com a primeira altamente valorizada em oposição a segunda.

A literatura demonstrou um afastamento entre ciência e profissão, resultando num estereótipo profissional estabelecido e reconhecido socialmente. Profissionais desviantes deste estereótipo não seriam “verdadeiros sociólogos”. Mas, como observa Dubet (2012; p. 20), “a distinção entre o erudito e o expert, entre a investigação pura e a aplicada, é retórica: mais que descrever a realidade das práticas profissionais, está a serviço da diferenciação interna no mundo dos sociólogos<sup>2</sup>”. Soma-se a essa condição a própria clientela dos cursos de Ciências Sociais, que no geral não estão buscando uma profissionalização na área. As motivações para entrada na graduação, normalmente seguem o padrão de aquisição de cultura geral, ampliação dos conhecimentos associados a outra graduação, militância e por fim profissionalização, sobretudo através da

---

<sup>1</sup>A categoria cientista social é utilizada englobando antropólogos, cientistas políticos e sociólogos, por se tratar de egressos da graduação em Ciências Sociais. A recorrente associação entre as categorias cientista social e sociólogo se deve a esta última ser legalmente reconhecida como profissão.

<sup>2</sup> Tradução livre do espanhol.

licenciatura, tomada como meio rápido de inserção profissional, mesmo antes da conclusão da graduação.

Contudo, o projeto de profissionalização das Ciências Sociais se debate na dicotomia ciência e profissão. Para os cientistas sociais altamente qualificados e em posições de pesquisador e docência, a disciplina não estaria vinculada a profissão. Em oposição, os profissionais de menor qualificação em atuação profissional diversa a defendem como profissão e pressionam por sua regulamentação (MARINHO, 1986).

A redemocratização do país, em 1985, reavivou os debates internos às Ciências Sociais sobre a formação de novos cientistas e perfil dos novos entrantes. O mercado de trabalho para os cientistas sociais ganhou novo vigor. Entretanto, as condições para se elaborar um estudo sobre as inserções profissionais dos cientistas sociais brasileiros encontram inúmeros entraves por não haver dados organizados sobre estes. As publicações são esparsas e as pesquisas sobre a temática são produzidas, basicamente, em nível de pós-graduação. Não há dados estatísticos sobre a situação laboral dos cientistas sociais. Enquanto categoria profissional, ainda aparecem de modo marginal. Nem mesmo as associações – Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); Associação Brasileira de Antropologia (ABA); e Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) – ou a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) comportam estatísticas sobre seus profissionais. Os dados mais elaborados são os ligados ao meio acadêmico e produção científica.

A situação do mercado de trabalho extra-acadêmico do sociólogo profissional/cientista social é percebida como positiva ou negativa, dependendo do olhar do observador. Entretanto, os cientistas sociais/sociólogos, desde a década de 1930 têm participado profissionalmente da sociedade brasileira, seja como intelectuais, como políticos ou como funcionários públicos e de empresas privadas. As possibilidades de inserções profissionais são amplas, justificando as dificuldades em mapeá-las, mas seu reconhecimento ainda é obscuro. No que concerne as suas atividades profissionais o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), faz uma tentativa de identificar algumas possibilidades, organizadas pela Classificação Brasileira de Ocupações<sup>3</sup> (CBO), sob a

---

<sup>3</sup> CBO - Grande grupo Trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados; Subgrupo Trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes. Disponível em:

família 2511. Conforme a CBO para os cientistas sociais, nomeadamente – sociólogos, antropólogos e cientistas políticos – a principal atividade está na investigação ou pesquisa ligada à opinião pública; diagnósticos das áreas básicas como saúde, educação, habitação, trabalho; levantamento de deficiências e funcionamento das instituições; estuda a vida econômica e cultural; estuda a constituição e andamento das instituições políticas; políticas públicas, etc. Para o MTE, a inclusão das ocupações na CBO permite inventariar as atividades desempenhadas, contribuindo diretamente no mapeamento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes mobilizadas para o exercício das atividades. Já a regulamentação das profissões é realizada por lei, dependente da apreciação do Congresso Nacional e sanção do Presidente da República<sup>4</sup>.

Mas ainda permanece um certo desconhecimento das áreas de atuação extra-acadêmica para os cientistas sociais, o que levanta muitas dúvidas e questões sobre as reais aplicações dos conhecimentos/teorias das Ciências Sociais. Ainda, subsiste a separação entre formação, em nível de graduação, e mercado de trabalho. Não raro surge a pergunta: para que serve a Sociologia? Como explicitado anteriormente, há uma distinção entre os profissionais das Ciências Sociais, marcada por sua inserção profissional. O fazer-se profissional da área passa, sobretudo, pela especialização e campo de atuação profissional, elaborado pela dicotomia entre ciência e profissão.

Como Guerra (2010) apresenta, a divisão entre sociologia “pura” e “aplicada” tem sua origem na constituição do campo de saber, que separou o filão filosófico do interventivo. Ao filão filosófico associa-se à sociologia abstrata, que procura uma inteligibilidade para o conjunto social, apoiada em análises de documentos. A sociologia aplicada ou de terreno caracteriza-se pelo trabalho de campo, recenseamento das formas sociais e construção de tipologias através da análise cuidadosa dos fenômenos sociais. De acordo com Guerra, as descobertas de “além-mar” proporcionaram o desenvolvimento da sociologia de terreno. Num primeiro momento com o interesse pelo marginal/exótico, e num segundo momento como forma de controle social.

A emergência do capitalismo industrial, no final do século XIX e início do século XX, desencadeou imensas transformações sociais que

---

<http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela3.asp?gg=1&sg=9&gb=2> Acesso em: 20/05/2015

<sup>4</sup> MTE \_CBO < <http://www.mtecbio.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf> >

aproximaram o terreno às investigações sociais. A sociologia sensibilizou seu olhar e se debruçou sobre os diferentes – os pobres, os desinseridos, as classes perigosas, as novas formas de trabalho (GUERRA, 2010). Emergiram novas metodologias de intervenção que deram origem a uma Sociologia empírica com base em dados estatísticos, configurando análises mais inteligíveis e passíveis de entendimento por outros setores que procuravam conhecer o social.

Mais recentemente, no final do século XX, aumentou a complexidade dos fenômenos sociais com a mundialização das economias, a diversificação das culturas e modos de vidas; bem como, as exclusões (políticas, econômicas, sociais, etc.); aumento do desemprego; crise de legitimidade e financeira do Estado, tudo isso concorre para a revitalização de um “sem-número de programas de intervenção em que os sociólogos são chamados a dar sua contribuição” (GUERRA, 2010; p. 17).

Mas nessas inserções profissionais acontecem alguns ruídos. De um lado o modelo que dissocia ciência e profissão e do outro o modelo que associa ciência e profissão, como elaborado por Costa (1988). O primeiro diz que quem faz sociologia não exerce uma profissão, como se investigação científica e ensino universitário não estivessem inclusos dentro do leque de papéis profissionais possíveis aos sociólogos. Este traço essencialista tem sido compartilhado por profissionais acadêmicos e de outras inserções profissionais, como reflexo da constituição da sociologia enquanto disciplina científica. O autor assegura que não vale a pena insistir nesta distinção, pois como a ciência vem sendo praticada, ela assume uma forma profissionalizada quando comparada ao conjunto das profissões de qualificação escolar de nível superior. A preocupação do modelo de dissociação centra-se na qualidade científica, na distinção entre problemas sociais e problemas sociológicos, sendo possível apenas aos sociólogos equacionar os problemas passíveis de análise sociológica.

No modelo de associação, teoria e prática estão em constante integração. Esse modelo não ignora os problemas sociais e como procedimento chave os formula como problemas sociológicos. Essa transposição, segundo Costa (1988; p.113), requer uma “autonomia profissional tão grande quanto possível”. Nesse modelo, há uma preocupação constante com as técnicas utilizadas e os efeitos suscitados pela intervenção social na sociedade.

Costa (1988) ainda realça a centralidade das profissões de elevada qualificação intelectual, científica e técnica na sociedade atual. E conclui que as profissões funcionam muito mais assentadas na técnica que nas leis de mercado e regras burocráticas, o que pressupõe uma aquisição

formal de competências culturais, científicas e técnicas. As universidades são, então, os centros de excelência de formação profissional. Na ampliação das discussões sobre a profissionalização da Sociologia, Costa (2004) a divide em três segmentos: 1) como profissão – ela assume uma diversidade de papéis e práticas profissionais e inclui parâmetros e processos de constituição dos sociólogos como grupo profissional, com cultura profissional, associações e organizações coletivas; 2) como formação – incide sobre os planos de ensino, os cursos, os graus e diplomas dos processos de aprendizagem de sociologia; e 3) como ciência – é um saber consolidado com configuração própria e que compreende um conjunto específico de critérios e instrumentos cognitivos, conhecimentos acumulados e práticas de investigação.

Contudo, não se trata de rejeitar a dicotomia teoria e prática, ambos os saberes orientam ou contêm a produção do trabalho do sociólogo (Cf. CARIA et al, 2012). Em contexto profissional todo conhecimento científico e técnico precisa ser ressignificados. O conhecimento abstrato segue a lógica das situações cotidianas, deixando de lado a forma legítima das teorias, seus postulados, o rigor dos conceitos, a sistematização dos argumentos. “Utiliza-se o conhecimento abstrato de forma reflexiva para agir nas instituições” (CARIA, 2010; p. 169). Os conhecimentos técnicos e científicos são ressignificados e recontextualizados em “dimensões relacionais e interculturais que podem tanto reproduzir como reestruturar ou reconfigurar relações simbólicas de poder” (Idem).

De certa maneira, se coloca que não se deve remeter a responsabilidade total das competências profissionais ao que é apresentado no contexto de ensino. A aprendizagem se dá, sobretudo, em situações concretas da realidade social, com atores reais, tempos reais, recursos concretos, pois é no contexto real de trabalho que são desenvolvidos saberes operatórios e formados sociólogos de profissão (SILVA, 2005). O ensino tem uma estrutura ritual destinada a criar um forte sentimento de comunidade e identidade profissional. As escolas ensinam uma imagem idealizada de profissional. Ao formar-se o profissional, inculca-se nele uma ética – componentes de honra e prestígio, porém a experiência adquirida no trabalho é condição importante para o desempenho profissional (DINIZ, 2001).

Não obstante, não é objetivo desta pesquisa contrapor uma sociologia acadêmica e uma sociologia de intervenção, ou averiguar a profissionalização das Ciências Sociais brasileiras. Assume-se a formação universitária como indicativo de formação profissional e, a partir dela, pretende-se identificar e analisar as formas de inserção no mercado de trabalho extra-acadêmico dos cientistas sociais egressos do

curso de Ciências Sociais – UFSC. Para maior apropriação sobre a discussão, o texto traz, primeiramente, algumas variações do conceito de profissão, amparado nas teorias clássicas da Sociologia das profissões, ligadas às escolas funcionalista, interacionista e neweberiana, com objetivo de refletir sobre as possibilidades de entendimento do conceito de profissão e do processo de profissionalização. Esta primeira parte ainda mostra o equilíbrio precário das profissões que vivem em constantes disputas interprofissionais para resguardar seu mercado e o papel do Estado como regulador dos espaços de atuação profissional. Em seguida, é apresentado um histórico do processo de profissionalização das Ciências Sociais brasileiras a partir da abertura dos primeiros cursos, sobretudo em São Paulo, levantando distinções entre o espaço acadêmico e o extra-acadêmico, o que ajuda a refletir sobre a atual situação das Ciências Sociais e o mercado de trabalho.

Na continuação, situa-se a constituição do curso de Ciências Sociais (UFSC) e o processo de discussões de 1995 a 2004, que culminaram no novo currículo. A Reforma curricular tem por objetivo aproximar ‘teoria e prática’, ampliando os horizontes de colocação profissional dos egressos, sem que se sujeitem às práticas de mercado que se apresenta em nome da sociedade. Como contraponto, apresentam-se os resultados da pesquisa de Mick et al (2012) sobre os egressos do curso de Ciências Sociais, em comparativo aos resultados desta pesquisa.

A análise dos resultados apresenta o perfil dos egressos, suas motivações para entrada na graduação de Ciências Sociais, bem como a avaliação do curso. Procura entender as trajetórias dos egressos após a saída da graduação e a inserção no mercado profissional, vislumbrando os espaços por eles ocupados e as relações com a formação universitária.

As considerações finais trazem um balanço geral da análise dos resultados associado às teorias das profissões, aos referentes do mercado de trabalho dos cientistas sociais e comparativo dos resultados desta pesquisa com a de Mick et al (2012).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O CONCEITO DE PROFISSÃO

O objetivo de analisar a inserção profissional dos cientistas sociais/sociólogos no mercado de trabalho extra-acadêmico, exige que se defina, antes de tudo, o que é profissão. A partir dos estudos da Sociologia das Profissões precisa-se que o conceito de profissão é variável, flexível não sendo neutro ou científico. Ele emerge dos grupos em estudo e recebe influências teóricas dos pesquisadores, o que explica, em parte, a diversidade de conceitos. Dentre toda essa multiplicidade, o consenso estabelece profissão como: “ocupações não-manuais que requerem funcionalmente para seu exercício alto nível de educação formal usualmente testado em exames e confirmado por algum tipo de credencial” (DINIZ, 2001; p.18). Importa apenas destacar algumas variações do conceito, classificando-as em escolas.

#### 2.1.1 Perspectiva funcionalista

A partir de 1930, os funcionalistas delinearam as investigações sobre profissão, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra. O objetivo era “demonstrar como os valores associados ao desempenho de “papéis ocupacionais” estavam integrados ao sistema valorativo da sociedade e em identificar as funções que estes papéis desempenhavam para o sistema mais amplo” (DINIZ, 2001; p. 17), além de diferenciar ocupação de profissão.

Na perspectiva funcionalista, profissão é “[...] uma ocupação amplamente autônoma e autorregulada, cujos praticantes são altruístas plenamente desejosos de trabalhar para o bem comum” (DINIZ, 2001; p.22), por isso, o retorno monetário que eles recebem não tem, “necessariamente, o significado econômico convencional da remuneração de “mercado”, mas o reconhecimento da importância da função que desempenham” (*Idem*). [...] “os profissionais são verdadeiros vocacionados a desempenhar uma missão na sociedade e não meros negociantes” (SANTOS, 2011; p. 27).

Para se atingir o *status* de profissão há um conjunto de passos a vencer, (Cf. DINIZ, 2001; MARINHO, 1986):

- Um corpo de conhecimento suficientemente complexo e abstrato, ou esotérico, para requerer um aprendizado formal prolongado;



- Criação de associações profissionais, responsáveis por controlar e validar as credências profissionais;
- Orientações de serviços voltados para uma clientela;
- Criação de um código de ética de serviço, apoiada em um saber científico.

Em associação a esses passos há uma preocupação voltada sobre o controle ocupacional respaldada pela autonomia profissional e autorregulação; controle sobre o treinamento dos novos membros; exames de qualificação que avalie o domínio de conhecimento, ou autoridade legítima na prestação de serviços e controle com reconhecimento dos pares.

Contudo, é importante ressaltar que, mesmo em sociedades de política liberal, há o papel do Estado na regulamentação e concessão de monopólio de atuação profissional, penalizando os não credenciados em favor de um bem maior para sociedade. A atuação do Estado estabelece segmentos de monopólio específicos a uma profissão, no entanto, este pode ser disputado por outras profissões, configurando uma hierarquia profissional, caso da medicina em relação às demais profissões da saúde (DINIZ, 2001; SANTOS, 2011; MARINHO, 1986).

### **2.1.2 Perspectiva interacionista**

Os interacionistas, dissidentes, em grande maioria, da Escola de Chicago, não prescindem totalmente das teorias funcionalistas. Em particular, eles inserem uma análise mais qualitativa às pesquisas sobre profissões. A preocupação desta escola está na “relação entre indivíduos em determinado espaço social, e não com o processo de formação social das organizações, das instituições e mesmo da estrutura de relações sociais” (SANTOS, 2011; p. 30). Contudo, ao dar ouvidos aos dilemas e conflitos para a construção das identidades profissionais, o método qualitativo dos interacionistas possibilitou entender as disputas intraprofissionais.

Mas a maior contribuição da abordagem interacionista é a possibilidade de análise da socialização do profissional, que não está restrita à formação profissional, como nos funcionalistas, mas acontece também na atuação profissional, no mercado de trabalho, sob três olhares: um olhar para o outro (profissional), um olhar para a

estrutura (profissional) e um olhar para si mesmo (como profissional) (SANTOS, 2011, p.29).

Essa configuração favorece o entendimento da formação dos monopólios profissionais, como sugere Dubar (2005), que exclui todo não membro do trabalho regulamentado. Segundo este autor, a carreira como meio de socialização define a natureza dos serviços, como deve ser realizado, desenvolvendo uma filosofia, uma visão de mundo, que inclui valores e implicações sobre o significado do próprio trabalho.

Assim, toda profissão tende a se constituir em “grupo de pares com seu código informal, suas regras de seleção, seus interesses e sua linguagem comum” e a secretar estereótipos profissionais, excluindo, de fato, quem não corresponde a eles (DUBAR, 2005; p. 180).

A conformação de estereótipos relega a degraus inferiores àqueles que não se conformam a ele, ao mesmo tempo em que reserva “o essencial do mandato e do segredo unicamente aos profissionais dotados dos traços conforme o estereótipo dominante” (DUBAR, 2005; p. 180-1). A posição na escala hierárquica das profissões estaria condicionada às origens sociais, refletida na clientela do profissional ou posição que ele ocupa dentro da estrutura organizacional.

A construção de uma identidade profissional, baseada em um grupo de referência, remete ao pensamento mertoniano da socialização antecipatória e antecipação das posições desejáveis (Cf. DUBAR, 2005). Os novos membros, ao se compararem com os antigos, dotados de *status* social elevado, “forjam para si uma identidade, não a partir do “grupo de pertencimento”, mas por identificação com o “grupo de referência” ao qual desejariam pertencer no futuro e em relação ao qual se sentem frustrados” (DUBAR, 2005; p. 183). Esta situação gera uma dualidade que oscila entre o modelo ideal, representado pela dignidade e valorização profissional, e o modelo prático, referente ao cotidiano profissional.

A possibilidade de identificação antecipada permite a internalização do modelo de comportamento do grupo de referência, seus valores, como também a planificação de acesso ao grupo.

Ademais, após o diploma, parece haver uma “autoconcepção profissional”, (Cf. DUBAR, 2005), é nessa transição que os novos profissionais interiorizam uma nova imagem profissional onde aparecem os discursos sobre o distanciamento dos estudos e o mercado de trabalho,

ou para exercer uma profissão, os conhecimentos práticos e capacidades sociais são mais importantes. Muda a perspectiva de entendimento do que é ser ‘um profissional’, ou seja, não basta o ‘diploma’ para ser um profissional, é preciso o mergulho no mundo do trabalho.

Com ênfase na socialização profissional, esta escola, apesar de avançar em relação à escola funcionalista, acaba por reproduzir a ideologia de um grupo profissional. São os neoweberianos que estabelecem maiores avanços.

### **2.1.3 Perspectiva neoweberiana**

A análise neoweberiana das profissões amplia o campo de observação, conectando-as às estruturas de classes e ao Estado. O poder aparece como categoria que unifica os estudiosos desta linha teórica. “O poder das profissões estaria exatamente na capacidade de doar sentido aos que pertencem ao grupo profissional e estabelecer a dominação de um grupo sobre outros e sobre a sociedade” (SANTOS, 2011; p. 31).

Esta escola faz uma análise mais crítica das profissões na relação com o mercado de monopólio profissional. Seguindo o pensamento de Weber (1979), entende-se que o “fechamento” ou monopólio é, sobretudo, uma forma de exclusão e valorização das qualificações acadêmicas ou profissionais, com pretensões a assumir posições chaves na divisão social do trabalho, sendo mais uma restrição de acesso a recursos e oportunidades, a um círculo restrito de elegíveis que procuram monopolizar um segmento do mercado profissional, e qualquer critério pode funcionar como elemento de ilegibilidade (como raça, sexo, cultura de classe, religião ou mesmo a qualidade da educação profissional recebida) desde que sirva ao propósito de monopolização (DINIZ, 2001). Ainda segundo esta autora, o fechamento faz parte da estrutura de desigualdades sociais das quais os monopólios são parte importante, sendo uma forma de estratificação. Quanto maior o controle para o ingresso à profissão, maior a possibilidade de maximizar sua posição de poder no mercado das profissões.

O poder torna-se uma possibilidade para a dominação, pois ao deter um conhecimento necessário à sociedade e com valor de mercado, somado à restrição da prestação de serviço, concedida pelo diploma universitário, tem-se os meios necessários para exercer o controle. Nessa lógica, segundo Weber (1979), a posição social está vinculada a especialização e a distribuição de poder, derivada da profissão ou cargo ocupado, associada à condição econômica privilegiada do segmento social.

Weber (1979; p.279) também observa o deslocamento dos títulos de nobreza das sociedades tradicionais ressignificados nos diplomas universitários nas sociedades modernas, favorecendo a constituição de “camadas privilegiadas nos escritórios e repartições”, e “com pretensões de monopolizar cargos sociais e economicamente vantajosos”. Mas entende que a profissionalização não depende da hereditariedade, e sim de atividades desempenhadas pela competência (SCHMITZ, 2014; p.14).

Para os autores desta vertente, profissão seria aquela ocupação bem-sucedida em seu projeto de “fechamento” com base em credenciais educacionais e de controle das condições de seu mercado de trabalho (DINIZ, 2001). Ou ainda, profissões são grupos de *status* dentro da divisão do trabalho. E como tal, se revestem de uma ideologia pela qual se apresentam como vocação ou chamado, por elevados motivos altruístas e não como meros ganhos mundanos. Há uma importância em reduzir os aspectos utilitários da profissão e desviar a atenção do trabalho em si, orientando o olhar para o estilo, a honra e os padrões morais (COLLINS, 1990 apud DINIZ, 2001).

No processo de constituição de monopólios, o Estado tem importante papel, mas não deve ser ele, “tratado como uma variável independente no processo de constituição de uma profissão” (DINIZ, 2001, p.38). Ele estabelece bases legais para atuação profissional, fazendo das profissões grupos legalmente privilegiados, podendo, os grupos profissionais, apelar para a força do Estado contra os competidores (Idem). Estas bases legais impedem profissionais menos capacitados e leigos de se estabelecerem no mercado das profissões (*Id.*).

Poucas profissões gozaram, em algum período, de autonomia de exercício. A grande maioria já nasceu assalariada, inseridas em estruturas organizacionais. As profissões aparecem muito mais vinculadas à administração pública (Estado) e seu surgimento vai se confundindo com as necessidades impostas pelas transformações dos tempos. A profissionalização está ligada a [...] “dimensão do conhecimento abstrato, suscetível de aplicação prática, e o mercado, que é determinado pelo desenvolvimento econômico e social e também pela ideologia dominante de dado tempo” (MARINHO, 1986). Por isso, no mercado de trabalho, as profissões devem ser tomadas como interdependentes em permanente disputa por jurisdição. Motivo pelo qual o sistema profissional tem um equilíbrio precário, suscetível a desequilíbrios, tanto por fatores externos quanto internos, pelo surgimento de novas “demandas sujeitas a disputas entre profissões já existentes” e outras em via de se colocar no mercado pela primeira vez (DINIZ, 2001; p.33).

Assim, profissionalização não pode ser encarada como um processo único que conduz a um estado final, pelo contrário, ela está vinculada

“[...] as condições históricas em que ocorre – e quando ocorre – a profissionalização indica de que forma particular revestiu-se a articulação entre o Estado e aquelas ocupações que têm ou tiveram, um significado especial no processo de formação histórica do Estado” (DINIZ, 2001; p.38).

Por esse motivo, não é aconselhável traçar uma história “unilinear de estágios de profissionalização” pela qual se deva avançar até atingir o *status* de profissão (DINIZ, 2001). A necessidade de renovação profissional é, de certa forma, imposta pelo desenvolvimento científico e tecnológico, que impõem desafios para o trabalho profissional, muitas vezes colaborando para a emergência de novas especialidades, novas técnicas e treinamentos. Em síntese, as profissões podem ser tomadas como

[...] grupos de status ou “comunidade de consciência” organizada na esfera ocupacional. Possui cada uma delas sua cultura ocupacional particular, seus heróis fundadores, seu dialeto próprio, seus rituais coletivos e seus mitos. Seu recurso cultural específico é alguma forma de *expertise* sobre a qual detém monopólio e que é supostamente atestada pela posse de credenciais acadêmicas. Estas credenciais operam, pois, como regra de exclusão social. Entendida a história das sociedades como uma sucessão de regras de exclusão e de reações à exclusão, o desenvolvimento das profissões constitui apenas uma variante histórica do processo de estratificação social através do monopólio de oportunidades (DINIZ, 2001; p. 177-8)

Como visto, inicialmente as profissões eram concebidas como comunidades homogêneas e seu estudo tomava como base alguns pré-requisitos para atingir o status de profissão como: possuir conhecimento formal ou abstrato, adquirido em nível superior de educação. As análises posteriores trazem a ideia de conflitos intraprofissionais e entre grupos e ao associar o estudo do poder aos grupos profissionais reconhecem os

projetos coletivos de mobilidade social, resultando na estratificação social.

Assim entendida, consegue-se fazer a articulação da Sociologia das profissões com as Ciências Sociais. Enquanto grupo profissional elas possuem: um saber formalizado; um estereótipo dominante ou grupo de referência sob o qual os novos membros forjam uma identidade para si, com uma “autoconcepção profissional”, pós diploma; ritos, mitos, pais fundadores, linguagem derivada, mas própria, e sobretudo, possuem uma *expertise* sobre a qual detém certo monopólio e atestada pela posse de credenciais e exames. Entretanto, não se trata de categorizar as Ciências Sociais dentro de um quadro dado de profissionalização, somente reconhecer que elas possuem qualitativos de profissão. Mas, mesmo que se reconheça as profissões como grupos organizados e sustentados pela autoridade de conhecimento, é preciso admitir que elas se dividem em “praticantes” – aqueles que prestam serviços profissionais a clientes; “administradores da profissão” – os que regulamentam as práticas profissionais; e “professores-pesquisadores” – aqueles que produzem conhecimentos utilizados pelos dois anteriores e controlam o acesso ao diploma necessário à profissão, convivendo numa relação tensa na disputa de poder (FREIDSON, 1986 apud BONELLI, 1993; p.33).

Contudo, não se pode esquecer que a ciência é a principal base sobre a qual se assentam as outras duas dimensões – ensino e profissão (COSTA; 2004). Não sendo aconselhável naturalizar o hiato entre teoria e prática, utilizando a ciência como único referente para se olhar para a profissão, deve-se também fazer o inverso para se ampliar o entendimento (CARIA, 2012), pois uma profissão não se resume a identidade de um de seus segmentos (Cf. BONELLI, 1993). Ela é resultado de múltiplas interações estabelecidas no mercado de trabalho, nas disputas por espaços, de avanços e recuos. Sua dimensão histórica pode revelar parte de suas vitórias e derrotas.



### 3 O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS COMO PROFISSÃO NO BRASIL

A profissionalização das Ciências Sociais brasileiras iniciou com a implantação dos primeiros cursos na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933, em São Paulo; na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), em 1934; e na Universidade do Distrito Federal, em 1935, no Rio de Janeiro. Mas, como disciplina, a Sociologia já estava presente na educação básica desde 1890, no Distrito Federal, sobretudo nas escolas do Exército, com a Reforma Benjamin Constant<sup>5</sup>. Em 1925, sob a Reforma Rocha Vaz<sup>6</sup>, a Sociologia foi introduzida nos currículos das Escolas Normais e Secundárias (SILVA, 2010).

A institucionalização das Ciências Sociais se deu num ambiente de efervescências, transformações e renovação, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, na década de 1930, no Brasil, que “marcaram a emergência de uma sociedade urbano-industrial de molde capitalista” (VILLAS BÔAS, 2007; p. 27). A expansão industrial modificou “o sistema de estratificação social imprimindo nova feição às cidades”, o Estado centralizador “assumiu o controle de instrumentos indispensáveis para a execução de um “programa” nacional de mudanças e reformas, favorecendo, entre elas, as institucionais de caráter político-administrativo e as educacionais” (Idem). Toda essa agitação favoreceu a estruturação das Ciências Sociais como forma de pensar a realidade, como saber científico e racional exigido dentro e fora das universidades (IANNI, 2004).

A ELSP derivou de um manifesto encabeçado por jornalistas, professores, comerciantes, industriais e intelectuais. Esse manifesto

---

<sup>5</sup> Reforma da educação primária e secundária do Distrito Federal, ensino superior, artístico e técnico no País, introduzindo de maneira profunda as ideias de positivismo de Augusto Comte, sob o Decreto 981 de 08 de novembro de 1890 - Aprova o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm) > acesso em: 20/06/2015.

<sup>6</sup> Tornou os currículos escolares seriados, elaborando programas oficiais e restituindo bancas examinadoras para o ensino particular. Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o Concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.



aspirava à constituição de uma instituição de ensino superior que suprisse a necessidade de criação de uma elite intelectual e técnica, devidamente qualificada em ciências sociais; pensando e agindo com o interesse da expansão econômica do Estado e do país; e com função de orientar e dirigir essa expansão (COSTA PINTO & CARNEIRO, 1955). Assim, a ELSP, modelada pela “missão americana”, frisava “sua finalidade prática de formação de técnicos para aumentar a competência administrativa, tanto no setor público quanto no setor privado”, se distinguindo da FFCL que, modelada pela “missão francesa”, assumiu um discurso mais altruísta de valorização cultural e voltado para a elite, mas também ampliou seu objetivo para a formação de professores para o ensino secundário (BONELLI, 1993; p. 37).

Com poucos atrativos, por não corresponder a uma demanda precisa de mercado de trabalho a seus diplomados, a FFCL, já nas primeiras turmas, atraía, predominantemente, mulheres, filhos de imigrantes, setores tradicionais empobrecidos do interior do estado, filhos de famílias ligadas ao magistério secundário ou pessoas que encontravam nas Ciências Sociais a chance de ter um prestígio social reconhecido, em comparação às escolas superiores tradicionais, ou ainda eram profissionais ligados à burocracia estatal ou à imprensa (Cf. MICELLI, 1989). Os filhos da elite participaram do semestre inicial, atraídos pela novidade e em busca de ilustração (BONELLI, 1993). Com baixa procura, criaram-se estratégias de atração de novos alunos – professores primários foram liberados de suas atividades para frequentar o curso, além de instituição de um sistema de bolsas (Idem).

As Ciências Sociais brasileiras nasceram em uma estrutura profissional delineada pelo Direito, Medicina e Engenharia e enfrentaram dificuldades frente às profissões liberais tradicionais. Além disso, somase o momento embrionário do sistema de profissões<sup>7</sup> no Brasil, por isso, desde sua origem, as Ciências Sociais “foram ocupando espaços

---

<sup>7</sup> Sistema descrito por Bonelli (1993), abrangendo o final do século XIX ao ano de 1937, contando da abertura, instalação de cursos e regulamentação de profissões, dentre elas, já no século XX, abertura da Clínica de Psiquiatria e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina; instalação da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia em vários estados; regulamentação da Medicina Veterinária; regulamentação da enfermagem; criação de curso comercial de contador e posterior regulamentação, guarda-livros, atuário e superior de Administração e Finanças; curso de Biblioteconomia Nacional; regulamentação e fiscalização do exercício da medicina, odontologia, veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira.

existentes na estrutura educacional e profissional, para constituir o campo da profissão e disputar áreas e atividades” (BONELLI, 1993; p. 38).

O desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, a partir de sua institucionalização (1930-1964), esteve associado, inicialmente, às demandas do sistema político ou dos grupos empresariais atuantes nos mercados do ensino e da produção cultural (Cf. MICELLI, 1989). Tal condição se refletiu na produção cultural acadêmica do período, na escolha dos objetos de investigação, sobretudo, também influenciou as carreiras profissionais e intelectuais dos cientistas sociais, dissociadas dos interesses dos setores populares.

Entretanto, “as Ciências Sociais estiveram entre as primeiras profissões superiores a colocar sua marca no incipiente mercado de trabalho intelectual” (BONELLI, 1993; p.39). Assim, para a primeira geração de cientistas sociais, candidatos a intelectuais, a área de difusão cultural representou uma oportunidade de ocupar espaços em jornais, revistas e editoras, como jornalistas, ensaístas, críticos, tradutores, revisores e editores, pela ausência de competidores, ainda que profissões como Direito participassem desse mercado, mas sem disputa por monopólio (Idem.). A atuação profissional ligada à crítica literária exigia a seus praticantes estar presente na imprensa diária, em colunas ou crítica de rodapé ao cinema, artes visuais e teatro. Mas a consolidação das Ciências Sociais paulistas se deu pela formação de professores para o ensino secundário (atual ensino médio), configurando seu maior mercado de atuação profissional, muito ligado aos espaços de recrutamento pouco habituais (MICELLI, 1989).

As Ciências Sociais paulistas, distanciadas dos vínculos políticos e modeladas por docentes estrangeiros, desenvolveram hierarquias acadêmicas de avaliação e promoção, dependente do grau de titulação, priorizando os “nativos” que firmaram reputação pela excelência de sua produção intelectual. Como professores pesquisadores, trabalhavam em tempo integral, privilegiando o método científico, o trabalho de campo, leitura dos clássicos, foco nas interpretações, excelência intelectual e reconhecimento do mérito científico intelectual. Condição que favoreceu [...] “à constituição de uma cultura acadêmica como substituto envolvente de uma ideologia meramente corporativa ou profissional” (MICELLI, 1989; p.8).

A experiência paulista das Ciências Sociais se consolidou pelo esvaziamento do projeto inicial, tornando-se, seus profissionais, cada vez mais acadêmicos (Idem). Esvaziamento esse, também associado à introdução do curso de Administração de Empresas em São Paulo, via Fundação Getúlio Vargas (FGV) e dos cursos de Economia e

Administração, na USP, deslocando a formação para a carreira pública para os cursos de Administração, anteriormente vinculada à formação nas Ciências Sociais (BONELLI, 1993). O histórico de perdas também inclui ganhos como a pesquisa de mercado, o planejamento urbano, as políticas públicas. O planejamento urbano ganhou ênfase durante a fase desenvolvimentista e “milagre brasileiro”, constituindo uma área bastante cobiçada por sociólogos no período. Mas, de acordo com Bonelli (1993), o surgimento de novos espaços no sistema profissional para cientistas sociais/sociólogos está sujeito a confluência de fatores externos às Ciências Sociais e dependente de avanços tecnológicos, desenvolvimento econômico e políticas governamentais.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, o desenvolvimento das Ciências Sociais esteve mais ligado às condições políticas por atrair, com ligeiras exceções, filhos e membros das elites políticas e culturais, desejosos por se firmarem em suas carreiras política, (Cf. MICELLI, 1989). Assim, elas tomaram uma característica mais desenvolvimentista, intervencionista, militante e aplicada, influenciadas, diretamente, pelas hierarquias de seleção de objetos e problemáticas em função do debate público mais amplo. A preocupação das escolas superiores de Ciências Sociais girava em torno das formas e mecanismos de intervenção e planejamento nos campos econômico e social. Condição assumida em São Paulo somente no início dos anos 1960 com o surto desenvolvimentista e transformador (Idem).

Já em Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, as Ciências Sociais se desenvolveram nas escolas superiores tradicionais por intermédio de autodidatas, motivados pela oferta docente nas escolas normais, secundárias oficiais e espaços na imprensa (MICELLI, 1989).

Mas, “Os cientistas sociais e as Ciências Sociais brasileiras lograram sua consolidação material, acadêmica e profissional, por terem se beneficiado em medida crescente das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico” (MICELLI, 1995; p. 11), iniciadas com a Reforma Universitária<sup>8</sup> e posterior criação dos programas

---

<sup>8</sup> Lei n.º 5540 de 28 de novembro de 1968, extinguiu a cátedra; introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores; consolidou a estrutura departamental e dividiu o curso de graduação em duas partes: ciclo básico e ciclo profissional; criou o sistema de créditos por disciplinas; instituiu a periodicidade semestral. As entidades privadas foram reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público e foram suprimidas definitivamente as verbas orçamentárias vinculadas.

de pós-graduação. Para Micelli, o fomento à pesquisa assegurou a consolidação de uma elite intelectual de cientistas sociais no Brasil.

Nesse mesmo raciocínio, Segatto & Bariani (2010) privilegiam o processo de institucionalização e profissionalização das disciplinas, posterior a 1964, e não mais a diferença entre conhecimento acadêmico e senso comum, como na primeira fase de institucionalização das Ciências Sociais. As mudanças promovidas pela Reforma Universitária promoveram o desenvolvimento da pós-graduação e apoio à pesquisa através de políticas de financiamento; estabelecimento de novos cursos e departamentos; criação de associações científicas e profissionais; treinamento de pesquisadores no exterior; ênfase na pesquisa empírica; modelo de ciência mais flexível e pluralista, condição que favoreceu a supervalorização do especialista, da técnica e do treinamento, determinando a organização em termos de pesquisa e ensino (SEGATTO & BARIANI, 2010). Na análise desses autores, somente o treino e a técnica não seriam suficientes para justificar socialmente o trabalho científico, assim, formou-se

“[...] uma comunidade científica, pautada na *ethos* acadêmico, [que] serviu de lastro às pretensões de habilitação e autonomia de atuação dos especialistas, resguardada pela condição particularíssima de domínio e monopólio de um código e treino particular, que lhes legava a prerrogativa de julgamento pelos próprios pares (SEGATTO & BARIANI, 2010; p. 207).

Sorj (1995) reconhece que a Reforma Universitária contribuiu para a organização do trabalho acadêmico profissional, que tem como referência seus próprios pares, mas avalia as dificuldades dos cientistas sociais em tratar temas de direita ou conservadores pela incapacidade de gerar marcos teóricos que tocassem os fundamentos da teoria social, refugiados nas certezas do passado e identidade profissional que se afirmou pela capacidade de acompanhar mais ou menos, mecanicamente, as modas intelectuais dos países mais avançados como símbolo de maturidade profissional.

Para Coelho dos Santos (2006, p. 56), a Reforma Universitária prejudicou as pesquisas de longo prazo, como exemplo a arqueologia, assim como o próprio ensino da disciplina, que foi perdendo espaço nos cursos de Ciências Sociais e História. Mas, no entendimento do autor, “o

Parecer Sucupira<sup>9</sup>, de 1965, que orientou a Reforma Universitária, teve também sua face positiva. A implantação dos cursos de pós-graduação mudou efetivamente o perfil das universidades públicas do País”. A reforma criou condições para a expansão das universidades e, conseqüente, ampliação do número de vagas dos cursos de graduação, além de estruturar a pós-graduação e impor nova dinâmica à universidade centrada na pesquisa e na pós-graduação. O crescente número de alunos e professores trouxe novas demandas relativas “às temáticas socioculturais, em particular, às políticas públicas em relação as minorias étnicas” (COELHO DOS SANTOS, 2006; p. 52). Como também favoreceu a reabertura da ABA, em dezembro de 1974, considerada espaço estratégico para se pensar o Brasil.

Contudo, durante o regime Militar, a profissionalização nos cursos de Ciências Sociais ficou em segundo plano. O curso era lócus para militantes contra o regime ditatorial instituído ou busca por complementação a outra graduação, com desenvolvimento do pensamento crítico (BRAGA,2009; TORINI,2012).

A redemocratização do país reascendeu as discussões sobre a reintrodução da Sociologia na educação básica. A questão sobre formação profissional de professores se reavivou na graduação. Florestan Fernandes (1980) avaliou que esta oportunidade repercutiria, inclusive, na própria clientela do curso universitário, que atrairia novas pessoas interessadas em se colocar como professores de Sociologia.

No mercado profissional, naquele período, proliferavam as pesquisas eleitorais, ampliou-se a profissionalização da atividade de assessoria a movimentos sociais, sindicatos e associações, como também aguçaram as disputas com o Serviço Social, em disputa interprofissional, principalmente em órgãos públicos que atuam na intervenção social (BONELLI, 1993).

Mas a redemocratização e a mudança curricular não foram suficientes para aumentar a procura pelo curso ou reduzir a taxa de evasão. Para Villas Bôas (2003), muitos são os obstáculos enfrentados pelos candidatos a bacharéis/licenciados em Ciências Sociais. Obstáculos de ordem econômica e financeira, durante os anos de formação, baixo

---

<sup>9</sup> Parecer nº 977/1965, conhecido como Parecer Sucupira do Conselho Federal de Educação, sustenta a necessidade de se criar no Brasil um sistema educativo capaz de formar o técnico de alto padrão, o cientista e o profissional. A pós-graduação, inspirada no modelo norte-americano, aparece como espaço completar à formação do pesquisador ou para o treinamento do especialista altamente qualificado.

conhecimento dos graduandos em relação a literatura do curso, além de “perspectivas sombrias em relação ao mercado de trabalho” (VILLAS BÔAS, 2003; p. 46). Para a autora, tudo isso colabora para os problemas de evasão do curso e, conseqüentemente, formação na área.

Para Schwartzman (1987), na medida em que os cursos de graduação se expandiam no Brasil, as Ciências Sociais tenderam a se disseminar como segunda ou terceira opção àqueles que não conseguissem entrar nos cursos mais cobiçados como medicina, direito e engenharia, ou àqueles para quem a profissão realmente não importava, geralmente mulheres, que podiam aspirar a uma carreira no magistério.

O autor ainda reconhece quatro tipos de pessoas que procuram o curso de Ciências Sociais:

- a) Pessoas para as quais o curso é uma atividade complementar a outros estudos e interesses; b) Pessoas para as quais o curso é o caminho para atividade de pesquisa e pós-graduação; c) Pessoas para as quais o curso é uma forma de qualificação genérica para um mercado de trabalho que requer pensamento crítico; d) Pessoas para as quais o curso é um momento de transição à espera de outras oportunidades e outros rumos (SCHWARTZMAN, 1995; p. 79-80).

Essa configuração de entrantes no curso de Ciências Sociais, segundo Schwartzman, está relacionada ao alto grau de incerteza quanto ao futuro particular de cada pessoa. Como a característica do curso não é a profissionalização, as pessoas buscam nele cultura geral, associada a gratuidade de ensino nas universidades públicas, e período em que é disponibilizado, no caso noturno. Além do mais, ele apresenta uma estratégia mais frouxa em relação aos cursos mais tradicionais como medicina, direito e engenharia.

Lüchmann et al (2001) também identificou características semelhantes as identificadas por Schwartzman, nos graduandos em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A motivação para a entrada no curso foi a “aquisição de cultura geral”, seguida de “expectativas profissionais”. A mesma pesquisa evidenciou uma visão restrita de mercado de trabalho, associada à docência e a pesquisa, demonstrando um desconhecimento de outras atividades profissionais da área. Outro dado importante foi a entrada nas Ciências Sociais como complemento a outra graduação.

Entretanto, as discussões sobre a profissionalização das Ciências Sociais não têm grande tradição na academia brasileira. Os estudos que abordam a temática são esparsos, geralmente desenvolvidos por pós-graduandos ou como trabalho de final de curso (TCC). Mais recentemente há uma discussão na Antropologia, promovida pela ABA, sobre o ofício do antropólogo. Na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) a discussão está inserida no grupo de trabalho “Ocupações e profissões”, que engloba todas as profissões.

Em paralelo às discussões sobre a profissão de cientista social, vem ocorrendo a independência das disciplinas que compõem as Ciências Sociais, compondo cursos próprios, assim como aconteceu com a implantação da pós-graduação durante a Reforma Universitária. São muitos os fatores que colaboram para a segmentação das disciplinas, entre elas a aprovação da Constituição de 1988, que generalizou as políticas de reconhecimento pelo Estado, bem como o reconhecimento de direitos difusos, ampliando o recurso, a *expertise* de antropólogos/cientistas sociais, na elaboração de laudos, relatórios técnicos, ou execução de controle social de políticas públicas. Também emergiram as políticas de direitos territoriais de povos indígenas e quilombolas e disputas de reforma agrária (BARRETTO FILHO, 2008; p.1).

Especialmente para a Sociologia, seu retorno à educação básica acelerou a expansão em cursos independentes, sobretudo na modalidade à distância (EAD), ao passo que aqueceu o mercado editorial de produção de materiais pedagógicos para a disciplina, mas também tem estimulado a produção de pesquisas sobre o ensino e formação de professores.

As demandas pela *expertise* dos cientistas sociais acontecem dentro e fora da academia, mas para maior apropriação da situação, é preciso avaliar as condições do cientista social no mercado de trabalho.

### 3.1 CIÊNCIAS SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO

Após 82 anos da fundação do primeiro curso de Sociologia no Brasil, o debate sobre sua profissionalização ainda não alcançou contornos definidos. Há resistências instituídas pelo *ethos* acadêmico que geram tensões entre os profissionais da academia e extra-acadêmicos. Como visto, as Ciências Sociais se consolidaram como profissão acadêmica ligada à docência e a pesquisa, mas tal interpretação está vinculada ao fato de ser na academia que as Ciências Sociais conseguiram manter mercado profissional intacto (BONELLI, 1993). Os excluídos da academia, (Cf. MICELLI, 1995), estão relegados a posições no ensino

médio e fundamental; agências de pesquisa de mercado, opinião e mídia; planejamento urbano; Recursos Humanos (RH) em empresas privadas; Organizações não Governamentais (ONGs), pastoral; imprensa e editoras. A pluralidade de posições assumidas no mercado de trabalho dificulta o equacionamento estatístico da profissão de cientista social/sociólogo.

A formação generalista resulta na dificuldade das Ciências Sociais em garantir uma profissionalização aos seus titulados, se refletindo nas disputas no mercado de trabalho, e, também por não haver um modelo rígido de carreira com etapas fixas a serem ultrapassadas. São os indivíduos que vão construindo seu próprio espaço na estrutura ocupacional. A característica principal da profissão é que ela se faz, fazendo, sendo fruto [...] “dos contrastes e das identidades que surgem do seu fazer, das posições conquistadas nessas disputas e daquelas perdidas para outros concorrentes” (BONELLI, 1995; p. 400). É a trajetória particular das pessoas, no mercado de trabalho, que estabelece as fronteiras que são mutáveis e dependentes de titulações que ajudam a moldar os campos profissionais (BONELLI, 1995). Nessa lógica, o profissional das Ciências Sociais é que precisa visualizar um espaço a ser ocupado na estrutura ocupacional.

Isso faz com que algumas abordagens sobre a profissionalização das Ciências Sociais brasileiras, as distanciem do *status* de profissão, associando-as ao universo da *intelligentsia*, alheias ao mercado e submetidas a lógica da vida universitária<sup>10</sup> (BONELLI, 1994). Mas, é preciso considerar que todas as profissões têm seu segmento acadêmico. Assim como as outras profissões, as Ciências Sociais enfrentam competições com áreas fronteiriças – competição interprofissional, havendo espaço para as competições intraprofissionais. Conforme Bonelli (1999; p. 113),

Argumentar que as Ciências Sociais não podem ser entendidas como uma profissão, ou que suas características intelectuais as diferenciam de outras atividades é, de fato, a imposição de uma harmonia inexistente, por meio do não-enfrentamento analítico do conflito e da competição operantes no mundo do trabalho profissional.

---

<sup>10</sup> Esta fundamenta-se na autonomia, na liberdade e no conhecimento especializado (BONELLI, 1999)



As análises da ciência como profissão, abordam o credencialismo praticado no mundo acadêmico; a inflação de títulos vinculados “à lógica do produto ofertado pelas universidades” que “acaba legitimando as sinecuras acadêmicas” (BONELLI, 1999; p. 301). No caso específico das Ciências Sociais, segundo Bonelli, a problematização recai sobre a noção homogênea de comunidade profissional, na estratificação das atividades ocupacionais em relação às disputas intraprofissionais – as lutas entre pares para serem incluídos ou excluídos no grupo de cientistas sociais, na definição de quais atividades fazem parte ou não da profissão.

Na perspectiva de Micelli (1995; p.13), a categoria profissional de cientista social, “de nível superior [é] marcada por uma acentuada tendência a especialização e à segmentação de interesses e de representação”, sendo o mercado acadêmico e centros privados de pesquisa as carreiras mais cobiçadas por ditar o modelo de excelência para o conjunto do campo profissional.

Para Braga (2009), as Ciências Sociais acadêmicas são estruturadas para reprodução dos quadros docentes superiores, o que representa uma demanda irreal. A exemplo de Costa (2004), Braga também constatou a dicotomia entre ciência e profissão (profissionais acadêmicos x extra-acadêmicos). Situação que Bonelli (1999) elabora como uma dificuldade das Ciências Sociais em difundir um sentimento de categoria única por não ser como as demais categorias, unitária. Para Marinho (1986), o status diminuído da ‘profissão’ em relação à ‘ciência’ justifica-se pelo fato dos profissionais extra-acadêmicos estarem vinculados a entidades não-científicas, ficando de fora das discussões e comunicações científicas, deixando de ser avaliados por seus pares.

No entanto, como observa Torini (2012), a partir dos anos 2000 em diante houve uma mudança de perfil e entendimento das novas gerações de cientistas sociais quanto ao ser profissional e a forma como se encara a formação em Ciências Sociais. Os egressos apresentaram objetivos mais variados em relação a sua formação. Eles buscavam capacidade analítica de compreensão dos fenômenos sociais; compreensão crítica da realidade; construção de uma sociedade democrática; e formação acadêmica com vistas a construção de uma carreira profissional. O autor também observou a despreocupação imediata de inserção no mercado profissional àqueles que desejavam uma carreira profissional acadêmica e a postergação da conclusão da graduação como uma estratégia até encontrar um caminho para seguir a vida. Os resultados da pesquisa apontam a falta de maior relação do curso (de Ciências Sociais) com a vida fora dos muros da universidade, como também identificou haver, atualmente, maior abertura de espaços profissionais para atuação dos

cientistas sociais, relativa às transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho. Tais transformações sugerem que somente o certificado ou diploma universitário têm menor valor em alguns processos seletivos. Associa-se ao diploma a capacidade analítica, a escrita, a comunicação e a organização metódica. Aqui, igualmente, desaparece a dicotomia entre profissional acadêmico e extra-acadêmico. Os egressos aceitam a possibilidade de transitar livremente entre ambos setores. Quanto a identidade de cientista social, está atrelada a formação na graduação, independente da atividade profissional exercida.

Como observado por Torini (2012), as oportunidades de colocação profissionais estão se alargando, juntamente com o entendimento do que é ser um profissional da área. Mas ainda é válido fazer a distinção entre o acadêmico e o extra-acadêmico, ou ciência e profissão.

### **3.1.1 Características do espaço acadêmico**

A profissão acadêmica tem na docência sua principal atribuição, e nas publicações os critérios de avaliação profissional por seus pares (MARINHO, 1986). Na academia, a profissão se organiza enquanto disciplina e seu *status* associa-se ao prestígio da instituição. A carreira acadêmica associa ensino e pesquisa, sendo a última a mais valorizada por exigir grande esforço e dedicação exclusiva, numerosos estudos e algumas ideias de iluminação, tendo a intuição e a criatividade como parte importante na investigação científica. Além disso, o conhecimento científico tem importância em si, por isso, merece ser conhecido, não importando seu aspecto utilitário (WEBER, 1979). Acrescente-se a militância como parte importante da atividade intelectual, na visão de Florestan Fernandes (MARTINS, 2002).

Para Marinho (1986), o cientista social não se preocupa com monopólios, ele defende a total liberdade de trabalho para que não haja qualquer entrave à criatividade. Na academia, os profissionais das Ciências Sociais, têm autonomia para definir os temas, as áreas e as metodologias de seus estudos, com liberdade de trabalho. Segundo esse autor, as regras burocráticas e imposições de temas ao pesquisador podem levar ao esvaziamento do caráter criativo, tão necessário ao desenvolvimento da ciência.

No entanto, Bourdieu (2004) entende que a ciência tem uma lógica própria, mas ela não está isenta da intervenção do mundo social. Sua autonomia é relativa. Na opinião do autor, “é preciso escapar à alternativa de “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da

“ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas” (BOURDIEU, 2004; p.21). Bourdieu entende o campo científico como “um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo global que o envolve” (Idem). A autonomia de um campo, para o estudioso, está na sua capacidade de *refratar*, “retraduzindo de forma específica as pressões ou demandas externas” (BOURDIEU, 2004; p.22).

Ainda conforme Bourdieu (2004; p. 72), há uma diferença entre ser professor e ser pesquisador. O professor rotiniza o saber, assim como o “padre rotiniza a mensagem do profeta”. Mas ao Sociólogo como pesquisador, caberia, sobretudo, “dissolver os falsos problemas ou os problemas mal colocados”, sendo a sociologia um revelador para as outras ciências, “porque ela se confronta de maneira mais visível, mais crítica, às vezes mais dramática com problemas que as outras ciências podem fingir ter resolvido” (BOURDIEU, 2014; p.78).

Segundo Costa (1988), há na cultura profissional dos Sociólogos, normas genéricas do *ethos* de ciência, como: o universalismo; o caráter comunitário dos conhecimentos produzidos; o desinteresse e o ceticismo organizado, o que colabora para a dissociação entre ciência e profissão. Mas o próprio exercício da ciência segue normas e rotinizações, que dão a ela, um caráter de profissão. Conforme o autor, é preciso abandonar a ideia de “verdadeira Sociologia” associada ao ensino e pesquisa. A Sociologia e as Ciências Sociais como um todo têm, também, sua dimensão aplicada à prática.

### 3.1.2 Características do espaço profissional extra-acadêmico

O campo de atuação extra-acadêmico dos cientistas sociais é bastante diversificado indo de saúde à cultura, em atuação liberal ou com vínculos empregatícios, podendo ocorrer em organizações públicas ou privadas, associações profissionais, sindicatos, organizações não governamentais, partidos políticos, etc.

Como distinção das atividades acadêmicas, nas extra-acadêmicas, o Sociólogo ou cientista social elabora análise de prospecção; estudos de diagnósticos; parecer de consultor ou perito; intervenção sociologicamente fundamentada no contexto social em causa pontual ou permanente; participa em processos de investigação-ação; toma como procedimento chave a reformulação do problema social em problema sociológico – tendo autonomia profissional para mobilizar teorias e ajustar as metodologias às especificidades locais (COSTA, 1988).

Como a medicina e a engenharia guardam um distanciamento das bases da biologia e da física, o mesmo deve ser considerado para as Ciências Sociais. O exercício profissional não se traduz na aplicação direta dos conhecimentos de uma ciência “pura”, mas de um conjunto de conhecimentos derivados das ciências “puras” e aplicadas, das tecnologias, dos processos, dos equipamentos e recursos disponíveis, da forma de organização e da prática do fazer, em diálogo, as normalizações introduzidas (ZAROR, 2004). Ademais,

O sociólogo tem participado no Brasil, como intelectual, como político, como funcionário público e de empresas privadas, como assessor ou profissional independente, competindo com outros profissionais em trabalhos de pesquisas de avaliação, diagnósticos, mídia, de opinião e de mercado; realizando assessorias, avaliações, estudos e pesquisas aplicadas na área de saúde, educação, ciência e tecnologia, na área de política econômica e socioambiental, política externa, reforma agrária, judicial, etc.; em atividades de orientação de rumos político-organizacionais; na assessoria e capacitação de movimentos sociais; no planejamento urbano; assessorias em relações públicas; assessoria parlamentar; na gestão e assessoria administrativa, de recursos humanos ou operacional em organizações governamentais e empresas privadas, na elaboração de relatórios de impacto ambiental, agenda 21, etc. (ZAROR, 2005; p. 3)

Ainda quanto as atividades pertinentes aos cientistas sociais, Torini (2012; p. 59), a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elabora uma lista de atividades possíveis a estes profissionais, disposta em dez grupos:

- Realizar estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas;
- Participar da gestão territorial e socioambiental;
- Estudar o patrimônio arqueológico;
- Gerir patrimônio histórico e cultural;
- Realizar pesquisa de mercado;
- Participar da elaboração e implementação de políticas e programas públicos;
- Organizar informações sociais, culturais e políticas;

- Avaliar políticas e programas públicos;
- Elaborar documentos técnico-científicos; e
- Demonstrar competências pessoais (tais como observação, descrição, registro, capacidade analítica e formulação teórica).

Mas, segundo Torini (2012), uma minoria dos egressos dos cursos de ciências sociais se encontram em postos de trabalho condizente com a CBO. O que impossibilita o mapeamento do mercado profissional das Ciências Sociais através das estatísticas oficiais do governo, por não estar regulamentado.

A Associação Virtual dos Sociólogos (AVISO) elenca algumas posições que os Sociólogos conquistaram: “cargos e funções de educador social, orientador social, técnico social, analista social ou de políticas públicas, especialista em desenvolvimento social, executivo público, entre outras reconhecem os sociólogos habilitados para o exercício destas funções”. Também são pontuadas condições legalmente constituídas para a presença de Sociólogos e Antropólogos no Serviço Único de Assistência Social (SUAS).

No site da Federação Nacional dos Sociólogos<sup>11</sup> é apresentada uma lista de atribuições dos (as) Sociólogos (as) para o serviço público, com breve descrição das atividades<sup>12</sup>: na Assistência Social; na Habitação; no Meio Ambiente e Políticas Urbanas; na Saúde; na Educação; no Trabalho; na Segurança Pública; na Gestão de Recursos Humanos; nas Ouvidorias de todos os órgãos públicos; e na Cultura

Das qualificações mais apreciadas pelo mercado de trabalho, em posições também ofertadas aos cientistas sociais, estão as ligadas à metodologia de pesquisa, construção e avaliação de projetos, capacidade analítica, domínio de escrita, elaboração de relatórios, qualificações que são parte dos objetivos da formação em Ciências Sociais. Mas como constatou Torini (2012), não há garantias de contratação nas ofertas de empregos “destinadas” ao cientista social, pela inexistência de um “cercamento”. A oferta é plural, aceita diferentes habilitações para a posição em aberto.

Para Figueiredo & Paschoalino (s/d), “não cabe a profissionais estranhos à Sociologia lecionar e atuar nas áreas de competência dos sociólogos”. Para os autores, a Sociologia já se desenvolveu o suficiente,

---

<sup>11</sup> < <https://sites.google.com/site/federacaonacionaldossociologos/> > acesso 21/05/2015.

<sup>12</sup> Ver anexo A Documento FNS atribuições do(a)s Sociólogo(a)s para o serviço público, com descrição das atividades referentes as áreas citadas.

assim como a oferta de profissionais habilitados, não precisando mais aceitar profissionais alheios a ela em áreas de sua competência.

Moraes & Azolin (2012; p.12), em análise ao mercado de trabalho extra-acadêmico para os cientistas políticos, com surpresa constataram que o perfil profissional exigido é o acadêmico, “em especial devido às metodologias de pesquisas e também porque querem politólogos para atuarem nas etapas de formulação e com conhecimentos de metodologia de avaliação de resultados”. Os autores também avaliaram que todas as vezes que a Ciência Política foi uma exigência, ela se sobrepunha as demais ciências da área (Sociologia e Antropologia).

Em relação aos espaços de atuação, constatou-se que a grande maioria está ligada ao setor público ou institutos de pesquisa e consultoria, ou ainda, administração pública, articulação política e eleições. Das competências profissionais, destaca-se a direção, coordenação e assessoramento de análise de políticas públicas (formulação, implementação e avaliação); ainda, auxiliar na produção e análise de indicadores sociais, econômicos e políticos (MORAES & AZOLIN; 2012).

Como já visto, as áreas de atuação dos cientistas sociais não estão suficientemente delineadas. A característica da profissão é que ela vai galgando espaços dependentes da especialização. As áreas vão se ampliando em decorrências de descobertas de novas posições e, assim, vai se constituindo o mercado de trabalho das Ciências Sociais. Embora haja reconhecimento de que os cientistas sociais são qualificados para suprir demandas no mercado de trabalho, elas podem ser preenchidas por profissionais com formação diversa, em disputas interprofissionais. Na visão de Figueiredo & Paschoalino (s/d) isso ocorre porque criam-se cursos universitários sem que haja uma regulamentação profissional, dessa forma diferentes formações disputam os mesmos espaços ocupacionais por atuarem em áreas fronteiriças.

### **3.1.3 A Regulamentação da profissão de Sociólogo**

A regulamentação da profissão de Sociólogo no Brasil, conforme Marinho (1986), se deu por pressão de um grupo de Sociólogos de menor qualificação profissional, distribuídos em órgãos públicos e que defendem a disciplina como profissão, sendo reconhecida pela Lei 6.888/1980 e regulamentada pelo Decreto 89.531/1984. O autor entende a regulamentação como inoportuna pelo fato da área não estar suficientemente estruturada para permitir a reivindicação de monopólio.

Para Sousa (2002), como reação ao regime ditatorial, foram criadas, nacionalmente, associações de sociólogos de caráter sindical, com dimensão de resistência política entre os anos de 1969 e 1976, em diferentes Estados (SP, RJ, SC, PE, CE, MG). Para a autora, isso fez surgir a busca pelo reconhecimento da profissão. Vários projetos foram apresentados à Câmara de Deputados sem “lograrem êxito”, até 1980.

A propósito do entendimento de Marinho (1986), apesar de legalmente regulamentada, a profissão de Sociólogo continua em busca de seu espaço de atuação. Isso devido à condição altamente genérica de suas atribuições profissionais, de acordo com a legislação. A Lei 6.888/1980 em seu artigo 1º dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo no país, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais assegura-se à profissão:

- a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;
- c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta Lei, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos.
- e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas *a*, *b*, *c* e *d*, venham exercendo efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, atividade de Sociólogo, até a data da publicação desta Lei (SENADO FEDERAL, 1980).

A Lei elabora uma distinção entre as habilitações, a partir de sua publicação. O texto deixa claro que os licenciados não serão beneficiados pela Lei, estando habilitados apenas às funções educacionais. O que, de

certa maneira, colabora para o *status* reduzido da licenciatura em relação ao bacharelado na academia.

No que diz respeito às atribuições, a Lei encadeia vários verbos, não elucidando o que, de fato, é da competência dos Sociólogos:

I - Elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - Participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social (id.).

Note-se que, ao mesmo tempo em que o texto da Lei exclui os licenciados da condição de Sociólogos, ela inclui a atividade de ensino de Sociologia como sendo de competência da profissão. Outra aparente limitação está nas possibilidades para atuação profissional dos Sociólogos, elencando a realidade social como base de pré-requisito. O texto, genérico, limita sua aplicação no contexto do mercado de trabalho, pois ao mesmo tempo em que o profissional pode tudo, não pode nada. Mas tal condição pode não ser de todo mal. A regulamentação, ao não delimitar uma condição de atuação específica, abre para várias possibilidades o trabalho dos Sociólogos.

Em oposição a Marinho (1986), Zaror (2005; p. 3) entende, em detrimento do caráter genérico da Lei, que os sociólogos de formação têm amplas atribuições legais devendo “integrar inequivocamente – como funcionários ou assessores – ministérios, secretarias – federais, estaduais e municipais - autarquias, organismos e instituições do Estado em geral”. E reforça que a “Lei ao enfatizar a presença obrigatória do Sociólogo em



qualquer atividade socioeconômica abre espaço de atuação nos mais diversos grupos” (*Id.*)

As razões elencadas por Zaror (2005) para os Sociólogos não ocuparem os espaços profissionais resguardados em Lei estão na contínua transformação do mundo do trabalho; na falta de esclarecimento do papel do Sociólogo; nas resistências internas motivadas por razões diversas; na baixa produção de pesquisas sobre a temática. Para o autor, as atribuições legais do sociólogo, a importância do seu papel e da sua atuação nas diferentes áreas – devem ser objeto de contínuo debate.

Discussões sobre a atuação profissional é um imperativo a todas as profissões. Na academia elas constituem a formação identitária dos discentes, e configuração do campo profissional. Para as graduações que não têm muito definido seus espaços de atuação profissional, constitui-se um desafio, desvincular o exercício profissional da academia, como tem ocorrido no curso de Ciências Sociais da UFSC.

## 4 AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA UFSC

O curso de Ciências Sociais – UFSC, foi instituído no ano de 1973. Conforme o Projeto Político Pedagógico (2006, p.8), existem duas hipóteses para sua implantação nesse período, uma associada “aos influxos desenvolvimentistas e de diferenciação social que ocorriam em Santa Catarina”; e outra, associada “a oportunidade de criação de um nicho de reflexão e intervenção pedagógica para um segmento afinado com o conservadorismo social da Igreja Católica”. Soma-se a estas hipóteses o desejo de criação de um curso de especialização para as “ciências sociais” (Cf. COELHO DOS SANTOS, 2006), pelas dificuldades impostas à pesquisa após a Reforma Universitária, iniciada em 1968. Mas, para que isso se concretizasse, era necessário a criação de uma graduação para as “ciências sociais”, na UFSC. Assim, antropologia e sociologia se associaram para a criação da graduação de Estudos Sociais, com o objetivo de formar professores em licenciatura curta, para as disciplinas: Organização Social e Política do Brasil (OSPB), História, Geografia, Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica (*Idem*).

Em 1975, ano de formatura da primeira turma, após muitas críticas e discussões, o curso foi alçado à licenciatura plena em Ciências Sociais, sendo ofertado somente no período matutino<sup>13</sup>, até o ano de 1979. Nesse mesmo período, sob o decreto presidencial n.º 81.144/1978, o curso foi reconhecido e instituído o bacharelado no período noturno. Atualmente, ambas as habilitações são ofertadas nos dois períodos, matutino e noturno, podendo o graduando optar em habilitar-se em licenciatura ou bacharelado, ou se preferir, nas duas.

Em relação ao atual Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), este foi concebido pela Portaria 095, de 18/3/1976, como Especialização em Ciências Sociais com concentração nas áreas de Antropologia e Sociologia<sup>14</sup> e, alçado a mestrado no ano de 1978, associando as áreas referidas até 1985, quando foi realizada a primeira seletiva de ingresso na pós-graduação, por área específica e, conseqüentemente, criação do Programa de Pós-Graduação em

---

<sup>13</sup> Histórico do Curso de Graduação em Ciências Sociais, s/d – Atribuído a professora Lígia Lückmann.

<sup>14</sup> COELHO DOS SANTOS, Sílvio. A Antropologia em Santa Catarina. In: Memória da Antropologia no sul do Brasil/Sílvio Coelho dos Santos organizador – Florianópolis: Ed. da UFSC: ABA, 2006.

Antropologia Social (PPGAS). Já o doutorado teve sua aprovação em 1999, conforme a página do PPGSP<sup>15</sup>.

O curso, fundado para formação de professores, redimensionou sua organização com a implantação do bacharelado e estabelecimento dos programas de pós-graduação ao longo das três primeiras décadas de sua existência. Mas, já no início dos anos 1990 a graduação apresentava sinais de desgastes. Situação que deu origem aos debates internos à graduação, resultando na mudança curricular.

#### 4.1 OS DEBATES INTERNOS À GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Para constituição desta seção, foram analisados documentos referentes aos debates e discussões que estruturaram a confecção do Projeto Político Pedagógico – 2006. As informações a seguir são resultantes de dez anos de discussões e avaliações que culminaram na mudança curricular, orientada para uma formação com ênfase na articulação entre teoria e prática. Contudo, o PPP (2006) sintetiza todas as informações, num esforço em criar um documento que organize as informações sobre a constituição e histórico de formação do curso de Ciências Sociais – UFSC.

De acordo com o PPP (2006), já na fase inicial do curso, havia uma preocupação com ênfase em uma formação profissionalizante, expressa na constituição curricular. À época, a antropologia já apresentava certa maturidade acadêmica, sustentada em personalidades como Oswaldo Rodrigues Cabral e Silvio Coelho dos Santos. Quanto a sociologia, havia pouca clareza sobre a intervenção sociológica.

Especialmente relevante era distinguir as atribuições profissionais entre sociólogos e assistentes sociais. Enquanto estes já asseguravam uma identidade e espaço de atuação razoáveis no mercado de trabalho, aqueles ainda buscavam criar ou afirmar sua identidade e, mais problematicamente, conquistar um espaço de atuação num contexto social e cultural que via a disciplina, no mínimo, com alguma desconfiança ou incompreensão. À antropologia, mais especificamente, parecia ter-se reservado o estudo ou o “cuidado” com os “índios”, que buscavam

---

<sup>15</sup> PPGSP – “Apresentação” <http://www.sociologia.ufsc.br/site/index.php>

resistir à sua degradação cultural e afirmar seu direito à diversidade. No litoral de Santa Catarina, também se afirmava, via investigação arqueológica, os estudos dos sambaquis (PPP, 2006; p. 10).

Com vistas a aprofundar a formação teórico-metodológica e constituir uma formação diferenciada e profissionalizante, em 1985 foi iniciada uma reforma curricular. Embora tenha significado um avanço, os espaços no mercado de trabalho para os cientistas sociais eram bastante “rarefeitos”. Isso se compensava pelo “compromisso com valores de mérito acadêmico, a progressiva produção intelectual e a intervenção pedagógica mais qualificada” (PPP, 2006; 11).

Mas na década de 1990, conforme os documentos de discussão e avaliação do curso de Ciências Sociais, a graduação apresentava sinais de desgaste. As preocupações nos primeiros 4 anos, do período estavam ligadas a:

- Desarticulação dos programas e disciplinas;
- Desmotivação dos alunos;
- Problemas didático-pedagógicos;
- Limitada formação teórico-metodológica dos alunos.

Foi preciso refletir sobre a estrutura curricular da graduação em associação às expectativas e perfis dos novos entrantes. Aos pontos citados acima, somaram-se o sistema de avaliação das disciplinas; relação pós-graduação – graduação; relação teoria e prática; ampliação das práticas de pesquisa, o que já era foco de discussões e intervenções de gestões anteriores. Então, a partir de 1995 foram organizadas “*Semanas de Avaliação do curso de Ciências Sociais – UFSC*”, nas quais representantes discentes e docentes debateram os pontos elencados como os mais pungentes. As preocupações iniciais se limitaram a pontos mais genéricos, como:

- O alto índice de evasão do curso;
- A inadequação da grade curricular fechada;
- E as incertezas quanto ao mercado de trabalho para o cientista social.

Na “*II Semana*”, em 1996, a pauta se resumiu na:

- Revisão do número de créditos das disciplinas, com discussão sobre os dois créditos de leituras das disciplinas obrigatórias iniciais;
- Reformulação de conteúdos das ementas e atualização da bibliografia com inclusão de autores contemporâneos;

- Abertura da grade curricular para as disciplinas optativas oferecidas em outros cursos.

Para a “*III Semana*”, ocorrida em 1997, o debate se estabeleceu sobre a reforma curricular e se discutiu a possibilidade de realização de TCC em equipe com uma orientação mais eficaz dos educandos desde seu ingresso no curso.

Com as discussões mais avançadas, em 2002 a “*VI Semana de avaliação do Curso de Ciências Sociais*”<sup>16</sup>, agregou novas pontos à agenda de debates:

- Equilíbrio entre as três áreas de formação;
- Redução dos 6 créditos das disciplinas iniciais para 4 horas/aula;
- Incorporar disciplinas contemporâneas como obrigatórias;
- Revisar as ementas e atualizar os conteúdos;
- Introduzir conteúdos sobre as Ciências Sociais no Brasil;
- Articular seminários entre as três áreas;
- Articular a participação do aluno não-bolsista junto aos Núcleos de Pesquisa;
- Institucionalizar seminários de discussão do TCC, antecipando a orientação para a 7ª fase;
- Introduzir disciplinas que possam valer como prática de ensino para a licenciatura, respeitando a legislação, e ampliação do estágio docente para 400 horas.

Sob este enfoque foram retomadas as discussões entre alunos e professores para produzir subsídio à *Comissão de Reforma Curricular*, que se deu com a “*I e II Jornada de Debates para o novo Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Ciências Sociais – UFSC*”, em 2003-2004. Apoiados nas Diretrizes curriculares (MEC) para os cursos de graduação em Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, o objetivo foi ampliar o debate para melhorar a qualificação do ensino da graduação; identificar discordâncias, concordâncias, recolher acréscimos e observações dos professores e alunos à proposta preliminar do PPP do curso.

A “*I Jornada de Debates*”, organizada em grupos de trabalhos (GT), identificou limitações para o debate da proposta relativas a falta de conhecimento dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, por parte de professores e alunos. Propôs-se convidar um profissional da pedagogia (educação) para auxiliar a Comissão na limitação exposta

---

<sup>16</sup> Documento “Diagnóstico”; item Avaliações recentes, de 11/11/2004.

acima. Contudo, o relatório da “*I Jornada de Debates*”<sup>17</sup> desnudou as lacunas entre as três disciplinas basilares do curso – a falha na abertura das questões interdisciplinares e intradisciplinares. Desta constatação, surgiu a proposta de criar um “plano” mais voltado para a formação de um profissional com capacidade interdisciplinar e transdisciplinar.

O perfil do egresso, amplamente debatido, enfatizou a importância do compromisso do curso com a inserção profissional e a necessidade de se criar estratégias de captação de demandas no mercado de trabalho durante o curso. Assim, dentre os objetivos do curso estaria o de identificar espaços potenciais para criação de serviços com base nas Ciências Sociais, ou seja, novos nichos de atuação para seus egressos. Outros pontos elencados foram:

- Educação informal (dentro de empresas públicas e privadas);
- Esclarecer aos alunos, desde as primeiras fases, sobre as singularidades das habilitações do curso (bacharelado x licenciatura);
- Dificuldades do curso em pensar como associar conteúdos aos campos delimitados de atuação, como exemplo consultor;
- Carência do curso em capacitar seus egressos às áreas voltadas ao planejamento;
- O curso deveria contemplar a relação entre pesquisa e prática social;
- Obsolescência do curso de Ciências Sociais no Brasil;
- Fragilidade do ensino de Economia e Estatística, devendo ser aprofundada.

Isso tudo a partir do entendimento de que um dos princípios do curso deve ser o comprometimento com a consolidação de um entendimento do mercado de trabalho.

Além disso, surgiu a proposta de criação de um Laboratório de Atividades Complementares – LAC, para mediar teoria e prática aos alunos da graduação. Independente da criação do Laboratório (LAC), outra sugestão foi articular os Núcleos de Pesquisas, já existentes na pós-graduação, com a graduação. Os graduandos se associariam a um dos Núcleos, onde participariam das atividades, articulando os conhecimentos teóricos às atividades de pesquisa, como ocorre atualmente nas disciplinas Prática de Pesquisa I e II.

---

<sup>17</sup> I Jornada de discussão do PPP – Relatório (fevereiro 2004)

Ponderou-se, igualmente, sobre a inclusão de novas disciplinas como: Pensamento Político Brasileiro; Pensamento Social Brasileiro; Relações Internacionais; Políticas Públicas; Leis Ambientais; Cultura Brasileira, todas pensadas a partir das três áreas - antropologia, sociologia e ciência política.

Do mesmo modo foram avaliadas as dinâmicas das aulas. Manifestou-se a necessidade de mudança no modelo de seminários instaurado. Da parte dos alunos, os seminários servem para “deslocar a responsabilidade das aulas para eles”. Ainda sobre os seminários, salientou-se que muitos são cansativos e, por vezes, desinteressantes. Foi proposto adotar novas alternativas, mais criativas e motivadoras para o processo de ensino/aprendizagem. Da parte dos professores, argumentou-se que os alunos também têm responsabilidade na própria construção profissional, devendo adotar uma postura mais proativa.

Para efeito de reestruturação curricular e elaboração do documento que subsidiaria o PPP, considerou-se que as duas habilitações, licenciatura e bacharelado, deveriam equivaler-se. A prática foi percebida como pressuposto de intersecção com a teoria e entendida como ação e reflexão social. A prática pedagógica como componente curricular (PPCC) passaria a ser prevista desde o início do curso, apoiada no trabalho voltado para a transposição didática, prática de pesquisa e extensão através dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisas existentes nos departamentos de Antropologia e Sociologia Política.

## 4.2 A REFORMA CURRICULAR

Das avaliações, debates e estudos, ao longo de dez anos, resultou o atual Projeto Político Pedagógico (2006; p. 11) do curso de Ciências Sociais – UFSC, com propósito “de atualização e maior sintonia com a dinâmica das sociedades contemporâneas, que fazem desta época um tempo acelerado, de alteração de relações sociais e de seus paradigmas explicativos”. Mas a centralidade da proposta está na mudança curricular, a fim de

[...] assegurar a melhor formação acadêmica possível, de profissionais que encontrem colocação no mercado de trabalho, sem se verem submetidos ou conduzidos pela lógica de um mercado que se apresenta em nome da sociedade, estimulando o espírito crítico e emancipatório próprio das Ciências Sociais (PPP, 2006; p.11-12).

Para tanto, conforme o PPP (2006; p.31-32), “o curso de Ciências Sociais está orientado pelo princípio pedagógico de formar as novas gerações para sua capacitação analítica, interpretativa e intervenção junto à realidade social”, tendo como objetivos:

Oferecer uma estrutura curricular que estimule e possibilite aos(às) estudantes o exercício da autonomia intelectual, de uma perspectiva crítica diante da sociedade, bem como a aquisição de uma formação humanística; Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida, ancorada nas três áreas do curso - antropologia, ciência política e sociologia; Fornecer instrumentos para que os(as) estudantes possam estabelecer relações entre a pesquisa e a prática social; Garantir oportunidades efetivas para o aprendizado de competências fundamentais para o futuro exercício profissional dos(as) alunos(as); Promover a reflexão sistemática sobre o conhecimento adquirido através de experiências práticas em conexão com conteúdos teóricos; Promover a articulação entre as disciplinas, as linhas e os núcleos de pesquisa, as áreas de formação e os projetos de extensão desenvolvidos pelos departamentos que atuam no curso; Conciliar a autonomia dos(as) estudante na composição de seu currículo com uma oferta mais estruturada de disciplinas no sentido de concentração de esforços formativos; Permitir e estimular o conhecimento sobre as possibilidades de inserção profissional e identificação de novos campos de atuação.

Quanto às competências e habilidades profissionais do egresso das Ciências Sociais (UFSC), pretende-se que o bacharel, esteja habilitado a mobilizar os conhecimentos teóricos e metodológicos, no sentido de transformar problemas sociais em problemas sociológicos por meio da análise e interpretação das condições sociais, com vista a “elaborar, planejar, coordenar, buscar recursos, assessorar e desenvolver projetos de pesquisa”, sendo capaz de “compreender e analisar questões sociais específicas”, de “propor” e “gerir soluções apropriadas” à situação (PPP, 2006; p.33).

Ao egresso da licenciatura deseja-se que tenha conhecimento e domínio dos conteúdos básicos das teorias nas três áreas de



conhecimento, sendo capaz de relacioná-las na atividade de ensino/aprendizagem. Espera-se que o licenciado “leve em conta as características dos alunos e de seu meio social”, no sentido de “compreender os processos de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto econômico, cultural, político e social em que estão inseridos”. Que ele entenda o papel social do professor, bem como “as leis relacionadas à infância, adolescência, educação, profissão”, e que seja capaz de refletir sobre a experiência didática e o conhecimento teórico (PPP, 2006; p.33-34).

Visto isso, a mudança curricular objetiva fornecer aos alunos acesso aos conteúdos da área de atuação desde o início, tanto educativa quanto investigativa, como base na sua área de formação, a fim de instrumentalizá-los para que possam direcionar seus estudos, articulando a capacitação à pesquisa e a prática social como dimensões complementares.

Durante a graduação, a prática está fundida às disciplinas elementares, através da Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPCC), entendida como parte fundamental para a formação profissional de ambas habilitações, na perspectiva de formação do cientista social como pesquisador e professor.

Além destas atividades, possibilita-se, também, a realização de estágios remunerados ou não, em empresas públicas ou privadas, mediante projeto fundamentado nas Ciências Sociais, e com orientador ligado a temática, pertencente ao curso, mais um supervisor no local de estágio.

Outra possibilidade que se coloca ao graduando do bacharelado é o Estágio Curricular Profissionalizante (ECP) como modalidade de atividade de final de curso. A diferença para os demais estágios é que para este o formando precisa fazer um projeto de intervenção junto a uma organização pública ou privada e qualificá-lo em banca com três professores (o orientador e outros dois ligados a temática). No caso de projetos de assessoria ou planejamento, a banca incluirá o coordenador do aluno no local de desenvolvimento do projeto. O formando deverá cumprir 400 horas de estágio; e seu relatório final deve seguir os padrões de um TCC, com referencial teórico das Ciências Sociais, sendo apresentado a uma banca composta por dois professores do curso e o supervisor de estágio, junto à organização onde foi realizado.

Para a licenciatura, o estágio, conforme o PPP (2006), atendendo às normas e regras para formação de professores da educação básica em nível superior, perfaz 504 horas de estágio curricular supervisionado.

O estágio curricular supervisionado será realizado em estabelecimentos de ensino conveniados no CED e na coordenação de estágios do curso. Será realizado em duas disciplinas, de 252 horas cada, oferecidas pelo MEN (Departamento de Metodologia de Ensino) ao longo dos 7º e 8º semestres.

[...]

O estágio I é o momento das primeiras aproximações com a escola e outras instituições de caráter educativo para observação e levantamento de informações e dados, discussão e análise do material de campo e definição do problema e elaboração de um projeto de ensino. No Estágio Curricular Supervisionado II (8º semestre), o (a) aluno (a) deverá atuar integralmente nas escolas e executar o planejamento da atividade docente, através do desenvolvimento do projeto de ensino que elaborou anteriormente. Os resultados dessa experiência serão avaliados, comunicados e divulgados no 9º semestre com a elaboração do trabalho de conclusão da licenciatura (TCL) (PPP, 2006 p.47-48).

Todas as mudanças promovidas com a implantação do currículo 2007, como proposto pelo PPP (2006), visam responder as demandas elencadas anteriormente, debatidas e discutidas durante as “Semanas e Jornadas” de debates sobre a situação e os novos rumos da graduação de Ciências Sociais – UFSC; bem como a adequação às orientações do MEC.

O debate sobre o mercado de trabalho dos cientistas sociais perpassa todo o histórico de existência do curso. Primeiro, o importante era diferenciar o trabalho do Sociólogo, do trabalho do assistente social, para estruturar a formação com qualificação profissional. No entanto, as transformações aceleradas de nosso tempo, como posto pelo PPP -2006, transformam também o próprio trabalho, ampliando e consumindo postos de atuação. Neste movimento, o entendimento sobre a atuação profissional extra-acadêmica dos cientistas sociais também sofre alterações.

Entende-se que apenas a mudança curricular não é capaz, por si só, de proporcionar as melhorias propostas. Um engajamento comprometido torna-se necessário para a mudança cultural.

Como forma de avaliar condições de formação dos cientistas sociais, anterior a reforma curricular é apresentada, na seção seguinte, as impressões dos egressos sobre tal condição.

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS ANTERIORES A REFORMA CURRICULAR 2007

Em estudo realizado sobre os egressos (2000-2009), Mick et al (2012; p.380), identificou que as principais reclamações em relação ao curso de Ciências Sociais, estavam ligadas a “baixa capacitação profissional e pouco apoio institucional à inserção dos alunos no mercado de trabalho”; bem como a “pouca demanda do mercado por profissionais de Ciências Sociais”. Entretanto, estes mesmos egressos relatam ter escolhido o curso não em função da carreira profissional, mas “por seu interesse pelo tema”. Ainda acrescentam ter tido “acesso a diversificadas oportunidades de formação extracurricular”, estando satisfeitos em relação a graduação, em função da qualidade do corpo docente, dos programas e disciplinas, do espaço físico para as aulas e, por conta disso, o recomendariam. Os egressos salientam, ainda, não ser papel da universidade formar para o mercado de trabalho, mas apontam algumas questões que merecem ser contempladas na formação do curso.

Segundo Mick et al (2012), as sugestões dos egressos para a formação dos alunos devem contemplar práticas profissionais correntes no mercado de trabalho, como produção de laudos técnicos e relatórios; aproximar as ciências sociais do mercado de trabalho em ONGs, órgãos do poder público, empresas de pesquisa, ensino ou consultoria; aprimorar o ensino de método qualitativo e sua aplicação, dentre outras sugestões.

A pesquisa ressalta a qualidade das mudanças implantadas pelo PPP - 2006, e supõe que muitas demandas dos egressos serão supridas, ainda finaliza propondo um novo estudo de verificação em 2020.

Mas como se verá no capítulo que segue, mudaram os atores, mas as reclamações perpassam os mesmos pontos, já longamente debatidos desde a instalação da graduação de Ciências Sociais, na UFSC.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 5.1 METODOLOGIA

Para constituição desta pesquisa foi enviado um questionário aos 41 egressos do curso de Ciências Sociais – UFSC, identificados como pertencentes ao currículo 2007, entre o período de 2010 a 2014/1, a partir de um levantamento no Controle Acadêmico da Graduação – CAGR e confrontado com uma lista emitida pelo Departamento de Administração Escolar - DAE. Importante salientar que, no período referido, foram identificados 104 egressos, englobando os pertencentes ao currículo anterior e ao novo currículo, como descreve a tabela abaixo:

Tabela 1 - Egressos Ciências Sociais

Ano formatura	Currículo anterior	Currículo 2007	Total
2010	25	4	29
2011	28	9	37
2012	5	5	10
2013	5	17	22
2014/1	0	6	6
Total	63	41	104

Fonte: CAGR

Os endereços de e-mails dos egressos foram cedidos pela SeTIC, mediante requerimento do DAE. O questionário, formatado no Google formulário, foi enviado aos respondentes individualmente, a fim de manter o sigilo do endereço eletrônico, não expondo aos demais quem seria objeto de investigação. As respostas originaram um repositório automático, não sendo possível associá-las nominalmente aos respondentes, embora muitos tenham informado, via e-mail, de sua colaboração com a pesquisa. Outros, no entanto, solicitaram mais esclarecimentos e, ainda, de que forma foi o acesso ao endereço eletrônico deles. Como resultado, foram obtidas 19 respostas. Os dados quantitativos foram analisados com ajuda do programa SPSS e as respostas discursivas foram analisadas em comparativo, obedecendo o critério da habilitação, originando as análises que seguem.

## 5.2 PERFIL DO EGRESSO GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UFSC

A maioria dos egressos é oriunda de Santa Catarina e representa 52,6% da amostra ou 10 pessoas. Os demais estão distribuídos entre os estados de São Paulo (2); Paraná (1); Rio Grande do Sul (3); Minas Gerais (1) e Distrito Federal (1) e, por fim, 1 estrangeiro (Paraguai). Do total, 73,7% ou 14 residem atualmente em Santa Catarina, sendo que 13 vivem no município de Florianópolis e/ou região metropolitana; 4 estão em outros países e os demais distribuídos em outros estados da federação.

Em relação a variável sexo, 11 se identificaram como mulheres e o restante como homens, com 27,5 anos de idade média, num intervalo de 23 a 38 anos; predominantemente solteiros (16), sendo o restante casados.

## 5.3 O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Este tópico procura entender as motivações que levaram os egressos a cursar Ciências Sociais; a escolha da habilitação e sua avaliação enquanto egresso da graduação.

As influências para cursar Ciências Sociais são múltiplas, prevalecendo a mais genérica de “*interesse pela área*”, com 14 respostas, seguida pela “*cultura geral*”, com 5 respostas, como mostra a tabela 2:

Tabela 2 - Influências em cursar Ciências Sociais

Opções	Sexo		Total
	Homem	Mulher	
Interesse pela área	6	8	14
Cultura geral	1	4	5
Militância (política, sindical...)	2	2	4
Influências da família	2	1	3
Escola (Ensino Médio)	2	1	3
Em função da atual carreira	0	2	2
Total	13	18	31

Fonte: Questionário

Esta tabela indica não haver uma orientação específica para a entrada no curso. Cada respondente tem seu particular em relação ao ingresso, prospectando uma carreira profissional ou não.

Em relação ao ano de conclusão da graduação, não há uma grande dispersão, já que o recorte temporal é o currículo de 2007. Entretanto, 2013 e 2014 concentram 57,9% da amostra, como pode ser visto na tabela abaixo. Optou-se por apresentar apenas uma tabela com o período de conclusão da graduação, desconsiderando os três egressos com ambas as habilitações porque os dados ficariam muito repetitivos.

Tabela 3 - Ano de conclusão do curso de Ciências Sociais

Ano	Frequência	%
2010	2	10,5
2011	4	21,1
2012	3	15,8
2013	6	31,6
2014	4	21,1
Total	19	100

Fonte: Questionário

A escolha da habilitação não apresenta variação significativa se não se considerar os egressos que optaram por concluir ambas habilitações, o sugere um certo inflacionamento do currículo.

Tabela 4 - Habilitação

Habilitação	Frequência	%
Licenciatura	7	36,8
Bacharelado	9	47,4
Ambas	3	15,8
Total	19	100

Fonte: Questionário

Ainda quanto à escolha da habilitação sugere, esta que os licenciados (7) têm maior preocupação com a empregabilidade, conforme justificativas dadas a escolha da modalidade de trabalho de fim de curso:

“Maior segurança em termos de emprego” (E 13<sup>18</sup>).  
 “Porque para licenciatura há mercado de trabalho” (E 15).  
 “Porque gostaria de ser professora” (E 16).  
 “Interesse em dar aulas no Ensino Médio” (E 19).

Para os bacharéis (9) há um interesse maior em pesquisa e afastamento do trabalho docente no Ensino Médio:

“Possuo interesse em pesquisa, e não em ministrar aulas para o Ensino Médio” (E 4).  
 “Pretendia ser professora universitária” (E 6).  
 “Sempre desejei seguir carreira acadêmica, fazer pesquisa [...]” (E 7).  
 “Continuar na pesquisa acadêmica...” (E 9).  
 “Queria fazer pesquisa” (E 12).

Os demais optaram por fazer ambas habilitações (3), sob os argumentos abaixo:

“Quero ser professora universitária” (E 1).  
 “Meu interesse principal era trabalhar na área da Educação, tanto na docência quanto na pesquisa. Acabei me formando bacharel e seguindo o Mestrado na Antropologia, na qual fiz pesquisa de campo em uma escola” (E 2).  
 “Por entender que ambas completam o profissional, a opção foi concluir ambas habilitações. Uma com foco na licenciatura e que é exigência para muitos concursos, e a outra, consolidando um profissional pesquisador com maior aporte teórico e instrumentalizado em métodos para pesquisa” (E 3).

Em referência a escolha da habilitação, seria possível supor que os trabalhos de conclusão de curso seguissem as opções das habilitações

---

<sup>18</sup> Os egressos são identificados pela letra “E” seguida de um número: de E 1 à E 3, são egressos com ambas as habilitações; de E 4 à E 12, são bacharéis; e de E 13 à E 19, são licenciados.

escolhidas. Entretanto, um licenciado equivocou-se ao responder que teria feito o Estágio Curricular Profissionalizante (ECP), o confundindo, possivelmente, com o estágio docente. Importante salientar que entre os respondentes não houve quem se graduasse realizando o Estágio Curricular Profissionalizante, modalidade análoga ao TCC, aplicada ao bacharelado, que exige inserção em uma organização onde se associa a prática profissional às teorias.

O conjunto das justificativas à escolha da habilitação da graduação em Ciências Sociais, estando algumas expostas acima, revelam que 52,6% estão divididos entre atividade docente (6) e pesquisador (4). Outros 4 estão mais preocupados com a empregabilidade e os demais deram respostas vagas, mostrando indefinição na justificativa:

“Escolhi apenas o Bacharelado, pois não havia como cursar Licenciatura ao mesmo tempo (eu era da primeira turma de implementação do novo currículo, muitas dificuldades foram enfrentadas). Se houvesse a possibilidade, teria me graduado nas duas habilitações” (E 8).

“Na época não tinha interesse em dar aula em escola e estava interessada em fazer a pesquisa acadêmica para TCC” (E 5).

“De tanto ouvir meus veteranos reclamando da qualidade das matérias da licenciatura, pensei que aquilo não era para mim. De qualquer forma nunca me interessei muito pela carreira de professor de ensino médio” (E 10).

“Licenciatura abrange a dimensão da pesquisa, o contrário não é verdadeiro” (E 17).

Essas justificativas não dão indicativo em relação ao desejo de profissionalização na área das Ciências Sociais, muito embora sejam válidas para sustentar a escolha pela habilitação.

Solicitados a avaliar o curso, 12 egressos, distribuídos no intervalo de 2010 a 2014, o classificaram como bom. Outros 4 avaliaram o curso como ótimo e os 3 restantes como regular. Os aspectos positivos são, em grande parte, associados ao corpo docente:

“[...] qualidade do corpo docente, com pesquisadores de renome nacional e internacional” (E 4).

“Professores muito bem capacitados [...]” (E 9).

“Bons professores” (E 18).



“Parte boa: bons professores, boas atividades culturais, boas leituras” (E 15).

Houve também bastante entusiasmo de alguns ao relatar sua experiência positiva nas disciplinas Prática de Pesquisa, como segue:

“[...] a disciplina de prática de pesquisa foi uma ótima forma de nos inserir na pesquisa” (E 1).

“Disciplinas como Prática de Pesquisa, além das bolsas de iniciação científica e de extensão são excelentes dispositivos numa formação completa” (E 7).

Os pontos negativos ou que merecem mais atenção na graduação são mais pontuais nas disciplinas da Licenciatura pelo distanciamento do curso de Ciências Sociais, ou ainda, no bacharelado, pelo hiato entre a teoria e a prática profissional, mesmo nos laboratórios e núcleos de pesquisa:

“A licenciatura poderia ser mais engrenada com o curso, ao invés de jogada às mãos de professores substitutos da pedagogia” (E 14).

“Disciplinas de licenciatura foram fracas, pouca atenção ao PPCC” (E 17).

“Entendo que a licenciatura deixa a desejar, pois muitas vezes parece idealizar a reprodução do Ensino Superior no Ensino Médio sem levar em conta a realidade e os objetivos da disciplina no currículo escolar” (E 3).

“Falta o ensino da prática e exercício da profissão” (E 16).

“Falta informação quanto ao trabalho em áreas relacionadas com o curso” (E 6).

“Poderia se ter mais oportunidades nos grupos e laboratórios de pesquisa a todos os alunos...” (E 9).

“Deveria ter melhores professores para as disciplinas de Epistemologia e de Fundamentos Filosóficos” (E 11).

Os relatos indicam que, apesar das mudanças promovidas na organização estrutural da grade curricular, ainda há pontos sensíveis à formação profissional, na concepção dos egressos.

Nessa seção também se inquiriu ao egresso se ele “possui outra graduação”. Esta pergunta resultou em apenas uma resposta positiva de um bacharel (E 12), e mestrando em Sociologia, com formação em comunicação.

#### 5.4 SAÍDA DA GRADUAÇÃO

A saída da graduação é o momento em que os recém-formados se veem confrontados com uma série de dúvidas quanto ao futuro; quais suas reais possibilidades de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. Neste ponto se elaboram estratégias de inserção no mercado de trabalho ou continuidade dos estudos.

Com vista a este entendimento, questionou-se os egressos sobre continuidade aos estudos na pós-graduação. Apenas 4 respondentes assinalaram a opção “não”; três licenciados, formados em 2014, e um bacharel, formado em 2012. Os demais estão todos na pós-graduação, porém houve um caso de resposta positiva que não informou a área de concentração de estudos na pós-graduação, como mostra a tabela 5.

A Sociologia foi a opção dos que têm intenção de fazer pesquisa ou daqueles que estavam mais interessados na bolsa de estudo. Entre os que optaram pela Antropologia, a principal motivação está ligada ao modelo de análise e possibilidades de interpretações proporcionada pela metodologia de pesquisa.

Tabela 5 - Continuidade aos estudos na pós-graduação

Curso pós-graduação	Frequência	%
Sociologia	6	31,6
Antropologia	5	26,3
Ciência Política	1	5,3
Educação	1	5,3
Outro	1	5,3
Total	14	73,7
Não estão na pós-graduação ou não informou	5	26,3
Total	19	100

Fonte: Questionário

As justificativas à escolha das áreas de continuidade dos estudos estão associadas ao pertencimento a um núcleo de pesquisa; continuidade da pesquisa que já vinha desenvolvendo; interesse em seguir carreira acadêmica/pesquisador. Somente um egresso afirmou estar na pós-graduação para “melhorar a formação” (E 16).

## 5.5 INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O objetivo desta seção é uma tentativa de entender o mercado profissional extra-acadêmico das Ciências Sociais. Para tal, buscou-se compreender, além da inserção profissional dos egressos, os locais e atividades desenvolvidas; se houve dificuldades de inserção no mercado de trabalho; quais as relações da posição de trabalho com a formação em Ciências Sociais; e ainda quais estratégias utilizadas para contornar as possíveis dificuldades de se colocar no mercado de trabalho como profissional.

A pergunta “Você trabalha atualmente?” Provocou diferentes interpretações, resultando em 9 “sim” e 10 “não”. Entre os que não trabalham estão 4 licenciados; 5 bacharéis; e o décimo egresso que não trabalha concluiu ambas habilitações entre 2013 e 2014 e atualmente é mestrando na Educação, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 6 - Não trabalha x estudo pós-graduação

Habilitação	Ano de Conclusão	Trabalha	Categoria em que se encontra	Estudante Pós-graduação	Área de estudo
Ambas	2013 e 2014	Não	Bolsista CNPq mestrado	Sim	Educação
Bacharelado	2011	Não	Doutorando	Sim	Antropologia
Bacharelado	2014	Não	Iniciarei o mestrado em março de 2015.	Sim	Sociologia
Bacharelado	2010	Não	Estudante de Pós-Graduação	Sim	Antropologia
Bacharelado	2012	Não	Desempregado (a)	Não	
Bacharelado	2013/1	Não	Bolsista de Mestrado	Sim	Sociologia

Habilitação	Ano de Conclusão	Trabalha	Categoria em que se encontra	Estudante Pós-graduação	Área de estudo
Licenciatura	2013	Não	Desempregado (a) Bolsista mestrado	Sim	Sociologia política
Licenciatura	2013	Não	CNPq	Sim	Sociologia
Licenciatura	2014	Não	Desempregado (a)	Não	
Licenciatura	2011	Não	Desempregado (a)	Sim	Interdisciplinar em Ciências Humanas

Fonte: Questionário

Entre os que não trabalham somente dois egressos não estão na pós-graduação, sendo um bacharel (2012) e um licenciado (2014), e ambos se classificam como desempregados. Entre os demais, apenas o pós-graduando na área Interdisciplinar em Ciências Humanas se identifica como desempregado. O restante se identifica como mestrando, doutorando, bolsista, estudante de pós-graduação. Note-se que no campo “área de estudo” prevalece a Sociologia.

Para os egressos que trabalham, quando associada a atividade desenvolvida, percebe-se que a categoria trabalho foi entendida em um sentido amplo e não exatamente ligada ao mercado de trabalho profissional.

Da associação das respostas às perguntas “Você trabalha atualmente?” E “Qual atividade que você desenvolve?” Resultou que três pós-graduandos, 2 de Sociologia e 1 de Antropologia responderam que, como desenvolvem pesquisa na universidade, consideram o que fazem trabalho.

Quando solicitados a informar qual atividade eles desenvolvem profissionalmente, dois responderam “mestrando” e “mestrado/professor (a) ensino médio”, o outro assinalou a opção “pesquisador (a)”. Outros dois responderam que trabalham, mas não informaram a atividade desenvolvida, muito embora um deles tenha revelado que trabalha no ensino público. Um respondente atua como assessor (a); outra com massoterapia e o restante como professor no Ensino Médio.

Tabela 7 - Trabalha x pós-graduação

Habilitação	Ano forma-tura	Trabalha	Atividade desenvolvida	Tipo de organização	Estudante e pós-graduação	Área de estudo
Ambas	2011 e 2014	Sim		Ensino público	Sim	
Ambas	2012	Sim	Professor (a) ensino médio, Mestrado	Ensino público, Pesquisa em órgão público	Sim	Antropologia
Bacharelado	2013	Sim	Mestrando		Sim	Sociologia
Bacharelado	2011	Sim	Professor (a) ensino médio	Ensino público	Sim	Ciência Política
Bacharelado	2012	Sim			Sim	Antropologia
Bacharelado	2010	Sim	Assessor (a)	Assembleia Legislativa	Sim	Antropologia
Licenciatura	2014	Sim	Desenvolvendo um projeto de educação libertária	Autônomo	Não	
Licenciatura	2013	Sim	Pesquisador (a)	Pesquisa na Universidad e. Estou considerando o que isso é uma forma de inserção no trabalho.	Sim	Sociologia Política

Habilita- ção	Ano forma- tura	Traba- -lha	Atividade desenvol- vida	Tipo de organiza- ção	Estudant e pós- gradua- ção	Área de estudo
Licenciatu- ra	2014	Sim	Professor (a) ensino médio	Ensino público	Não	

Fonte: Questionário

O comparativo entre as tabelas 6 e 7 mostra que dos egressos que informaram sua atividade profissional, 3 estão na pós-graduação, estando dois na Antropologia e um na Ciência Política.

Como pode ser observado na Tabela 8, desconsiderando-se os dois pós-graduandos e os outros dois que não informaram suas atividades profissionais tem-se, efetivamente, somente 5 egressos que estão no mercado de trabalho.

Das empresas ou organizações em que os respondentes trabalham, resultou, como são poucos, o ensino público, a assembleia legislativa e o trabalho autônomo.

Tabela 8 - Atividade profissional x Trabalha atualmente

	Atividade profissional	Trabalha atualmente?	Total
		Sim	
Você trabalha? Qual atividade que você desenvolve?	Professor (a)		
	Ensino Médio	3	3
	Assessor (a)	1	1
	Pesquisador (a)	1	1
	Outro	1	1
	"Mestrando"	1	1
Total		7	7

Fonte: Questionário

Para os docentes há uma alta relação entre suas atividades com o curso de Ciências Sociais, pois eles precisam reler os autores estudados durante a graduação, preparar as aulas, corrigir trabalhos dos alunos. Para

os outros há uma média relação, justificada pela assessoria política e pelo estudo da educação desescolarizada. Apenas quatro egressos relataram suas atividades diárias, 2 professores, o assessor e a “autônoma”:

“Estou com Mestrado em andamento, então me divido entre este e as atividades de professor. Além de preparar as aulas de Sociologia, dar aulas e corrigir as atividades dos estudantes, também faço as leituras do Mestrado e estou no processo de escrita da dissertação. (E 2)”

“Assessoria Política; Atendimento ao público; Relações Institucionais; Relações Públicas; Desenvolvimento de Projetos (E 9)”

“Estudo educação desescolarizada; faço massagem; converso sobre conexão interior; conexão com os filhos; desconexão com as limitações sociais e escolares (E 14)”

“Leitura, escrita, pesquisa, análise... (E 13)”.

O baixo índice de respostas comprometeu a análise das inserções profissionais, mas sem invalidar a pesquisa.

Após avaliar se havia perspectiva de inserção no mercado de trabalho, foi questionado se houve dificuldades no posicionamento profissional, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 9 - Dificuldades em se posicionar no mercado

Dificuldades em se posicionar no mercado de trabalho	Qual sua habilitação no curso de Ciências Sociais?			Total
	Licenciatura	Bacharelado	Ambas	
Não	0	1	0	1
Sim	3	6	1	10
Não tentei	4	2	2	8
Total	7	9	3	19

Fonte: Questionário

Do total, apenas um egresso, que atua no ensino público, não teve dificuldades em se posicionar no mercado de trabalho; dez relataram ter

encontrado dificuldades, e destes, quatro não estão trabalhando, sendo que cinco estão na pós-graduação como estratégia para superar esta dificuldade; outros dois não a assumiram como tal. Dos demais que não tentaram colocação alguma, sete estão na pós-graduação, embora apenas dois a encarem como estratégia para vencer as dificuldades de colocação profissional.

Neste grupo, uma egressa não está na pós-graduação, atua com massoterapia, ao mesmo tempo que desenvolve um projeto de educação libertária. Já outro pós-graduando atua como professor no ensino médio, contudo, respondeu que não tentou colocação profissional, como resumido na tabela 10.

Os respondentes também avaliaram o grau de dificuldade que encontraram para se posicionar no mercado de trabalho. Cinco dos que responderam não ter tentado nenhuma posição avaliaram o grau de dificuldade como nulo, baixo, médio, alto e muito alto, respectivamente. Para os que tentaram colocação profissional, um avaliou a dificuldade como média; quatro como alta; e cinco como muito alta. O único que não encontrou dificuldades a classificou como média. Os três restantes não responderam porque não tentaram se inserir no mercado, sendo um doutorando, um mestrando e um desempregado, também na pós-graduação.

Tabela 10 - Estratégias para vencer as dificuldades em se posicionar no mercado de trabalho

Trabalha	Dificuldades para se posicionar no mercado	Estratégia vencer dificuldade	Pós-graduação
Sim	Sim	Pós-graduação	
Não	Sim	Pós-graduação	Sociologia
Não	Sim		
Não	Sim	Pós-graduação	Antropologia
Sim	Sim	Pós-graduação	Antropologia
Sim	Sim		Antropologia
Sim	Sim		Sociologia



Trabalha	Dificuldades para se posicionar no mercado	Estratégia vencer dificuldade	Pós-graduação
Sim	Sim	Pós-graduação	Sociologia Política
Não	Sim		
Sim	Sim		
Sim	Não		Ciência Política
Sim	Não tentei		Antropologia
Não	Não tentei	Pós-graduação	Educação
Não	Não tentei		Antropologia
Não	Não tentei		Sociologia
Sim	Não tentei	Criei um novo mercado e me vendi pra mim mesma	
Não	Não tentei		Sociologia política
Não	Não tentei	Pós-graduação	Sociologia
Não	Não tentei		Interdisciplinar em Ciências Humanas

Fonte: Questionário

As justificativas para as dificuldades estão relacionadas ao desconhecimento do potencial dos profissionais egressos dos cursos de Ciências Sociais, no mercado de trabalho, passando pelo desconhecimento de espaços de atuação do cientista social. Assumindo-se que, se não optar pela licenciatura, a empregabilidade é altamente comprometida. Houve ainda quem dissesse haver certo desprezo da academia por técnicas aplicadas comercialmente:

“Para quem faz a Licenciatura, há muitas oportunidades de emprego de professor de Sociologia” (E 2).

“Tendo só o bacharel, não posso dar aulas para escolas. Isso já delimita metade do mercado pra área. Para seguir com carreira acadêmica seriam mais alguns anos de estudo, e não sei se realmente queria essa carreira pra mim. Tentei vários empregos em ONGs, museus (minha área de pesquisa foi a antropologia dos museus), e outras instituições relacionadas. Na minha experiência, muitas instituições contratam só quem já teve anos de voluntariado na área, como eu sempre estive trabalhando desde que me formei, não podia voluntariar para depois, quem sabe, conseguir uma vaga. Também tenho a impressão que posições em agências internacionais, museus e afins, sejam direcionadas para quem já tem uma carreira, ou já trabalha, já está em contato com a instituição. Outro aspecto é que mesmo que eu tenha os requisitos para a vaga, eu não entro só com a graduação. Mesmo posições que não exigem mestrado tendem a ser preenchidas com profissionais com doutorado” (E 5).

“Pouca divulgação de nossa capacidade como profissionais” (E 9).

“Não há muita divulgação de posições de trabalho” (E 16).

“Não tenho opções para atuar” (E 18).

Os depoimentos dos dois últimos egressos contrastam com as primeiras informações de que para a licenciatura há maior mercado de trabalho. Avaliando suas respostas, verifica-se que o egresso E 18 atua como professor no ensino médio, enquanto o egresso E16, informou que não tentou colocação no mercado de trabalho.

A partir das justificativas às dificuldades para entrar no mercado de trabalho, solicitou-se que os respondentes indicassem pontos positivos ou fortes que os auxiliaram nesta jornada. Poucos responderam este campo, como segue:

“Aporte para fazer o concurso pra professor da escola pública; o mesmo para entrar no Mestrado” (E 2).

“Participação em núcleo de pesquisa; Afinidade com professores e outros colegas; Experiência pessoal profissional anterior” (E 3)

“1: Disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa; 2: Disciplina de estatística;

3: Experiência com pesquisa (realização de entrevistas e aplicação de questionários, e redação de relatórios de pesquisa)” (E 4).

“Acho que o que me auxiliou para a entrada no mercado de trabalho foram as coisas paralelas que aprendi durante o curso. Não as matérias em si, mas características necessárias para algumas posições que desenvolvi por ter estudado ciências sociais. Como por exemplo: ser mais flexível, saber trabalhar com um grupo heterogêneo de pessoas, saber discutir, ouvir, argumentar, e até aperfeiçoar a escrita” (E 5).

“Força de vontade... Pesquisas na área; Experiência na militância” (E 9).

Os argumentos levantados seguem uma linha mais prática de aplicação do conhecimento e revelam a importância das disciplinas de metodologia e estatística; os trabalhos em grupo; a participação em grupos de pesquisa e treinamento da escrita.

Os pontos negativos estão mais ligados ao desconhecimento das possibilidades de atuação do Sociólogo/cientista social; a falta de conexão entre as exigências do mercado de trabalho e a graduação; deficiência em métodos quantitativos; o alto índice teórico da graduação. Alguns exemplos de respostas:

“1: Disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa e estatística mais aprofundadas e mais abrangentes. 2: Problemática sobre as possíveis áreas de atuação do cientista social fora do espaço acadêmico e docente (talvez em uma disciplina específica, como "as ciências sociais e o mercado de trabalho", mas preferencialmente esta problematização deveria se dar no contexto de cada disciplina do curso)” (E 4).

“Acho que os cursos em geral no Brasil tendem a ser muito mais teóricos do que nos outros países. Nunca tivemos uma aula de inserção do mercado de trabalho, nunca foi incentivado que pesquisássemos qual é a saída para o formado em

ciências sociais. Nunca discutimos carreira, e além de mestrado, nenhum professor me sugeriu outro caminho. Acho que a formação das universidades brasileiras em geral, peca por não profissionalizar. Eu adoraria ter estudado algo referente à posição de antropólogo de museu, por exemplo. Não precisaria aprender tudo dentro do curso de ciências sociais, mas ter algo que me guiasse: quais são as áreas de estudo necessárias, quais as características, qual a natureza do trabalho. Isso tudo seria interessante até pra gente poder provar e decidir do que mais gosta com uma perspectiva mais palpável do que é esse tipo de trabalho” (E 5). “Divulgação da profissão de Cientista Social; deveria ter maior possibilidade de estágios; deveria ter maior articulação do curso com o mercado” (E 9). “Mais conhecimento em métodos quantitativos” (E 13). “Mais oportunidades de estágios e bolsas” (E 15).

Solicitou-se, então, que se avaliasse o mercado de trabalho das Ciências Sociais, a partir de uma lista, podendo marcar todas as alternativas que o respondente julgasse aplicável e ainda acrescentar outras. Obteve-se 40 respostas para explicar a situação do profissional cientista social e seu mercado de trabalho extra-acadêmico. A “falta de reconhecimento da profissão” foi a opção mais frequentemente assinalada, seguida por “permeado (o mercado) por profissionais de outras áreas”, como mostra a tabela 11.

Mas, estranhamente, quando perguntados se eles têm registro profissional, no caso de Sociólogo, apenas um respondeu afirmativamente. E somente quatro estão associados a órgãos representativos: três estão vinculados a ABA e um a AVISO. Isso talvez encontre explicação no fato de os licenciados (7) estarem excluídos da categoria Sociólogo, conforme a Lei 6.888/1980<sup>19</sup>. Mas ainda existem três com ambas habilitações, destes, dois estão na pós-graduação, um na antropologia e outro na educação. Dos nove bacharéis candidatos a Sociólogos (as), quatro estão na pós-graduação em antropologia e outro

---

<sup>19</sup>< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6888-10-dezembro-1980-365941-publicacaooriginal-1-pl.html> > acesso 15/04/15.

na Ciência Política. Somente três bacharéis estão na pós-graduação em Sociologia, além de três licenciados.

Tabela 11 - Avaliação do mercado de trabalho dos cientistas sociais

Avaliação do mercado de trabalho	Respostas	%
Falta de reconhecimento da profissão	13	32,5
Permeado por profissionais de outras áreas	10	25
Em expansão	5	12,5
Volume de formados/ano muito superior as demandas de trabalho	5	12,5
Disperso	4	10
Em retração	2	5
Desconectado	1	2,5
Total	40	100

Fonte: Questionário

O mercado e o graduado em Ciências Sociais realmente parecem estar “desconectados”. Um desconhece o outro e os dois tentam estratégias de sobrevivência se acomodando ao modelo vigente: docente e pesquisador para os profissionais das Ciências Sociais e aporte de outras profissões para suprir as necessidades para o mercado de trabalho, as quais o cientista social está habilitado a responder.

Questionou-se também se os egressos se atualizam na área das Ciências Sociais. Apenas um respondeu “não”. A atualização se dá predominantemente através de Revistas, livros e participação em eventos da área, como pode ser visto na tabela 12:

A internet, igualmente, aparece como fonte de atualização. Considerando-se que grande parte das revistas são eletrônicas, parece o meio mais comum de atualização dos egressos.

Tabela 12 - Atualização na área das Ciências Sociais

Se atualiza?	Como?	Total
Sim	Revistas, Livros, Eventos	7
Sim	Revistas, Livros	3
Sim	Livros, Eventos	3
Sim	Internet	1
Sim	Revistas, boletim eletrônico	1
Sim	Revistas	1
Sim	Revistas, Eventos	1
Sim	Não informou	1
Não		1
Total		19

Fonte: Questionário

Também houve interesse em questionar sobre a variável salário. Contudo, fez-se uma lista de possibilidades com base no salário mínimo vigente em 2014 (R\$ 724,00) como forma de não intimidar os respondentes. Esta pergunta trouxe dados bastante curiosos, pessoas que dizem não trabalhar, mas têm salário; e mostrou uma variação significativa nos valores das bolsas de mestrado, conforme valores dispostos na tabela 13.

Tabela 13 - Variável Salário

Trabalha	Atividade desenvolvida	Salário	Categoria atual
Não			Desempregado (a)
Não		Acima de um, até dois salários (R\$ 1.448,00)	Bolsista CNPq do mestrado
Não			Bolsista mestrado CNPq
Não			Doutorando
Não			Desempregado (a)

Trabalha	Atividade desenvolvida	Salário	Categoria atual
Não		Acima de dois até três salários (R\$ 2.172,00)	Bolsista de Mestrado
Não		Acima de três até quatro salários (R\$ 2.896,00)	Estudante de Pós-Graduação
Não			Iniciarei o curso de mestrado em março de 2015.
Não			Desempregado (a)
Não			Desempregado (a)
Sim	Professor (a) ensino médio	Acima de 4 até 5 salários (R\$ 3.620,00)	
Sim	Professor (a) ensino médio, Mestrado	Acima de 2 até 3 salários (R\$ 2.172,00)	
Sim	Desenvolvo um projeto de educação libertária	Acima de 4 até 5 salários (R\$ 3.620,00)	Trabalho com massoterapia também
Sim		Até um salário	
Sim	Pesquisador (a)	Acima de 1 até 2 salários (R\$ 1.448,00)	
Sim	Assessor (a)	Acima de 8 até 10 salários (R\$ 7.240,00)	
Sim		Até um salário	
Sim	Mestrando	Acima de 4 até 5 salários (R\$ 3.620,00)	
Sim	Professor (a) ensino médio	Acima de 1 até 2 salários (R\$ 1.448,00)	

Fonte: Questionário

Os ganhos médios ficaram em R\$ 2.172,00, porém, se desconsiderados os pós-graduandos, tem-se o valor de R\$ 3.620,00. O “pesquisador” também deve ser desconsiderado, pois também é mestrando. Este último valor corresponde, em parte, ao salário estimado

para o Sociólogo, segundo a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS), que é uma estimativa de 6 salários mínimos vigentes, ou 1,5 salário mínimo necessário DIEESE (R\$ 2.975,55)<sup>20</sup>. A atualização dos valores salariais sugeridos resulta em valores bem superiores aos obtidos. Tomando o salário mínimo 2015 (R\$ 788,00) como referência, alcançar-se-á o valor de R\$ 4.728,00. Em relação ao salário mínimo necessário DIEESE (R\$ 3.186,92), o salário subiria para R\$ 4.780,38.

Com base nos dados apresentados, a condição inicial desta pesquisa, de analisar a inserção profissional dos egressos, ficou bastante limitada. No entanto, pode-se identificar a predominância do perfil profissional preponderante nas Ciências Sociais – o de caráter acadêmico, o que leva os respondentes a não se identificarem como cientistas sociais (“sociólogos”, “antropólogos” ou “cientista político”). O fato ainda pode ser avaliado por estar, a grande maioria, em processo de especialização, na pós-graduação; ou pelo fato de metade da amostra ser composta por licenciados; e ainda pelo fato de não estarem atuando profissionalmente, já que é no ardor da concretude do trabalho que se torna profissional.

A preocupação demonstrada em relação a uma formação que não seja exclusivamente academicista denota o reconhecimento de que não há, de modo geral, uma cisão marcada entre ciência e profissão. Mas a formação altamente generalista imprime a necessidade de especializar-se.

---

<sup>20</sup> Valor referente a dezembro de 2014, acompanhando o salário mínimo de R\$ 724,00. Fonte: <  
<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> acesso em 15/04/2015.





## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada elabora uma visão sobre a formação e profissão dos cientistas sociais – UFSC, assentada na Sociologia das profissões e histórico de profissionalização das Ciências Sociais no Brasil, associada a reforma curricular 2007 como recurso para entender a inserção profissional dos cientistas sociais em espaços extra-acadêmicos.

Resumidamente, os dados elaborados apontam, predominantemente, que:

- a) Os egressos são jovens, com 27,5 anos em média, solteiros, oriundos de Santa Catarina e residentes no município de Florianópolis e/ou região metropolitana;
- b) O interesse pela área dominou as influências para entrada na graduação, seguida por cultura geral, independente da formação profissional;
- c) A escolha da habilitação tem ligação à prospecção profissional futura. A licenciatura, mais ligada a segurança em termos de emprego, e o bacharelado à pesquisa, mas sem segurança de empregabilidade;
- d) O curso foi avaliado como ótimo e bom, muito devido a qualidade do corpo docente e as oportunidades de inserção em pesquisas através das disciplinas Prática de Pesquisa I e II;
- e) As críticas à graduação recaíram sobremaneira na licenciatura, por seu afastamento do corpo do curso e relegada ao Centro de Educação; ou ainda, pelo afastamento da formação em relação ao exercício profissional e informações sobre as áreas de atuação;
- f) A continuidade dos estudos na pós-graduação está ligada às dificuldades de inserção profissional na área, sendo a escolha de concentração de estudos por afinidade ou por já fazer pesquisas na área, sobressaindo a Sociologia e a Antropologia;
- g) Consideram como pontos fortes da graduação as disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa e estatística, experiência com pesquisa e participação em núcleos de pesquisa;
- h) Da mesma forma consideram as disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa e estatística pouco aprofundadas, sendo uma deficiência. E ainda, ressaltam a não abordagem das áreas de atuação extra-acadêmicas durante a formação; e formação que não profissionaliza;
- i) Enquanto categoria profissional, se definem como bolsistas; mestrandos; desempregado; ou professor;

- j) Trabalham, sobretudo, no ensino público e na assembleia legislativa ou são bolsistas na pós-graduação; e, no geral, não estão associados a nenhum órgão de representação de classe;
- k) Relatam a falta de reconhecimento da profissão de cientista social e entendem o mercado de trabalho das Ciências Sociais como permeado por profissionais de outras áreas, estando nisso uma das dificuldades da inserção profissional;
- l) Atualizam-se, principalmente, por meio de revistas, livros e participação em eventos;
- m) Quanto à renda, ganham em média 3 salários mínimos.

Ao analisar as respostas dos egressos, percebe-se que o curso de Ciências Sociais fornece uma formação generalista, sem ênfase em nenhuma das áreas, o que acontece na pós-graduação com a formação continuada. Assim, de certa forma, ele corresponde às influências e motivações para entrada na graduação, já que o objetivo não é se profissionalizar na área. Mas, quando se cumpre o longo trajeto da graduação, percebe-se que há um distanciamento entre formação e profissão. Como bem exemplificou uma licenciada, dizendo haver uma “idealização da profissão de professor que não corresponde à realidade de ensino”.

A avaliação do curso como “ótimo” e “bom” contrasta com as expectativas de formação mais profissionalizada ou dirigida, que aborde questões da profissão no mercado de trabalho extra-acadêmico. Da parte do curso de Ciências Sociais, a dificuldade é colocada em vista da dimensão que a carreira de cientista social toma fora da academia. As demandas dos discentes versus as dificuldades em abordar a dimensão extra-acadêmica, resultam numa tensão tomada como ‘falha’ no processo de formação. No entanto, admite-se não ser possível à universidade ter o domínio total à formação, mas espera-se que ela, pelo menos, situe seus egressos no mercado de trabalho.

Algumas condições que atuam para a avaliação positiva do curso concorrem igualmente para a avaliação negativa. Assim, da mesma forma, as disciplinas de metodologia e estatística são elencadas como cruciais para a qualificação profissional, ao passo que são avaliadas como pouco aprofundadas, situação que, supostamente, é suplantada pela especialização, já que muitos relatam estar fazendo pesquisa na pós-graduação.

Independente de habilitação, a questão que mais aflige aos egressos é a baixa importância relegada aos papéis profissionais dos cientistas sociais durante sua formação. A mudança curricular que pretendia reduzir essas questões, pelo depoimento dos egressos, não

logrou êxito em aproximar formação, profissão e mercado de trabalho, indicando que somente a mudança curricular não é capaz de provocar transformações na relação ensino/aprendizagem.

A correlação entre a graduação de Ciências Sociais e as respostas dos egressos quanto a inserção no mercado de trabalho revela que, por ser altamente genérica a formação, somente a graduação não é qualitativo suficiente se não tiver longa experiência em voluntariado ou estágios para colocação profissional. Se antes as críticas se ajustavam exclusivamente ao curso, aqui os egressos situam-se como corresponsáveis por sua trajetória profissional, mas subsiste, contudo, o despreparo de uma formação pouco profissionalizante no sentido de orientar e indicar caminhos possíveis.

Quanto ao fazer-se profissional das Ciências Sociais parece estar projetada para um futuro próximo, pela característica da amostra, basicamente pós-graduandos. Para os que atuam como professores há uma alta associação entre formação e profissão, pelas releituras teóricas, planejamento das aulas e demais atividades ligadas à docência. O assessor indica média relação entre as atividades de “assessoria política, atendimento ao público, relações institucionais, relações públicas e desenvolvimento de projetos” e sua formação. A egressa que se identificou como massoterapeuta, rejeita a colocação profissional em um mercado já modelado e propõe, como alternativa, criar seu próprio mercado. Num primeiro momento, as respostas dessa egressa foram entendidas como desviantes, mas com o aprofundamento da análise foi possível compreender que suas respostas apontam para o empreendedorismo. O que implica conhecer bem o mercado de trabalho extra-acadêmico das Ciências Sociais e identificar nele “necessidades ainda não atendidas” ou viabilizar e prospectar novas entradas, novos serviços necessários à sociedade.

Assim, entendida a formação nas Ciências Sociais, estariam em conformidade com as características elencadas pela Sociologia das profissões para constituição de grupos profissionais, consumindo o distanciamento existente na dicotomia ciência x profissão. Mas como vem sendo trabalhada, interfere no planejamento da formação por parte dos graduandos, implicando na desarticulação entre a proposta de formação e a realidade.

Tal situação pode ser percebida na articulação entre os dados observados pela pesquisa realizada por Mick et al (2012) sobre os egressos do curso e a presente pesquisa. Embora ambas pesquisas não tenham seguido os mesmos procedimentos, os resultados podem ser comparados pela semelhança dos dados. Para melhor compreensão foi

elaborada uma tabela (14) comparativa, na qual se observa que o perfil dos estudantes não sofreu alteração, assim como a escolha pelo curso.

Tabela 14 - Comparativo pesquisa atual x pesquisa Mick et al (2012)

Indicadores	Pesquisa atual	Pesquisa Mick et al 2012
Perfil	Jovens, solteiros, oriundo de Santa Catarina, residem em Florianópolis e/ou região metropolitana	Jovens, solteiros, sem dependentes, criados em Santa Catarina e moram e trabalham na grande Florianópolis
Escolha do curso	Interesse pela área/cultural geral, independente da formação profissional	Interesse pelo tema e não em se profissionalizar
Avaliação do curso	Ótimo/bom, devido a qualidade do corpo docente e oportunidades de inserção em pesquisas	Satisfeitos, em relação a qualidade do corpo docente, programas das disciplinas e espaço físico
Críticas	Afastamento entre formação e exercício profissional, falta de informação sobre áreas de atuação. Licenciatura afastada do corpo do curso, relegada ao Centro de Educação	Baixa capacitação profissional, pouco apoio à inserção no mercado de trabalho
Saída da graduação	Falta de reconhecimento da profissão e mercado de trabalho permeado por profissionais de outras áreas	Pouco seguros para atuar profissionalmente, pouca demanda do mercado para cientistas sociais
Atuação profissional	Professor ensino médio, assessor parlamentar, massoterapeuta; ou bolsista	Já atuaram na área, mas atuam em uma variedade de atividades, destacando-se professor e pesquisador
Auto identificação	Bolsista mestrado/doutorado, professor, desempregado, assessor, estudante, pesquisador, autônomo	Professores ou cientistas sociais, ou identificação profissional dispersa

Indicadores	Pesquisa atual	Pesquisa Mick et al 2012
Utilização dos conhecimentos	Utilizam os conhecimentos das Ciências Sociais, no dia a dia independente da relação profissional	Mobilizam os conhecimentos obtidos na graduação em suas atividades profissionais, mesmo fora da área
Continuidade dos estudos	Pós-graduação na área das Ciências Sociais como estratégia para vencer as dificuldades de inserção profissional	Graduação ou pós-graduação, majoritariamente em outras disciplinas

*Fonte: Questionário e MICK et al (2012)*

Há algumas disparidades relativas a atuação profissional, visto que poucos egressos desta pesquisa se colocaram profissionalmente. O restante praticamente não sofreu alterações significativas. Os demais dados, apontados na pesquisa do Mick et al (2012), sobre a inserção profissional dos egressos no serviço público e setor privado, não podem ser confrontados pela singularidade da amostra desta pesquisa. De modo geral, as alterações sofridas pelo curso ao longo do período pós implantação do ‘novo currículo’ não alterou de forma significativa a formação dos novos cientistas sociais. As questões levantadas durante a década de estudos e debates sobre a graduação em Ciências Sociais continuam presentes, recebendo destaque a carência da formação profissionalizante que aborde e situe o mercado de trabalho aos ‘novos cientistas sociais’ para que possam direcionar sua formação.

Entretanto, se confrontadas as influências para entrada na graduação e as críticas sobre a falta de profissionalização, a perspectiva sobre “ser um profissional” muda ao longo e após o processo de formação, e incorpora-se a noção de que somente com o exercício das habilidades e capacidades em situações concretas é que se constitui, verdadeiramente, enquanto profissionais. Do que se conclui que a entrada nas Ciências Sociais é sempre de maneira despretensiosa, mas o avançar na formação vai incidindo uma “identidade” que pode ser profissional ou simples expressão de pertencimento, que ao findar a graduação se traveste de intenções profissionais ou uma “autoconcepção profissional” após o diploma.

Contudo, a possibilidade que a grade curricular abre para os formandos confrontarem sua formação em um estágio profissionalizante de final de curso é relegada ao ostracismo. Alguns fatores correm para

essa prática como: a formação academicista; pouco contato da graduação com atividades “extramuros” da universidade; desejo dos formandos em seguir carreira acadêmica e/ou já estar desenvolvendo alguma pesquisa; falta de conhecimento de locais para realização de estágios; não querer enfrentar os trâmites burocráticos para realização do estágio; falta de incentivo por parte do corpo docente, enfim são várias as possibilidades que colaboram para o abandono do ECP, como pode ser visto pelo depoimento dos egressos. Mas o melhor entendimento dessa relação exige maior aprofundamento no assunto.

O objetivo de analisar as inserções profissionais ficou parcialmente comprometido, visto que a grande maioria não está trabalhando. Apesar disso, independentemente do tamanho da amostra, pode-se avaliar o peso da licenciatura para a inserção profissional dos egressos. Havendo ou não maior oferta de trabalho para os licenciados, sua formação é profissionalizante e o estágio de fim de curso obrigatório. São dois semestres letivos de intensa vivência e investigação dos processos educativos, das condições circunvizinhas à escola e avaliação das características dos alunos e seu meio social, que, no geral, culminam na produção de um trabalho de final de curso, aproximando a licenciatura da pesquisa social e produção científica. Mas, aqui também aparece a dicotomia ciência x profissão, durante a formação, na relação licenciatura/bacharelado, como evidenciado pelos respondentes. Relegada ao Centro de Educação, a formação do licenciado perde em “qualidade”, pelo afastamento do corpo teórico do curso, comprometendo a formação do professor pesquisador ou sociólogo professor.

Independentemente de a pesquisa ter revelado possibilidades de inserções profissionais para os cientistas sociais, a literatura aponta para grande área de abrangência de atuação desses profissionais. De fato, o equilíbrio das Ciências Sociais enquanto profissão é precário, seu histórico evidencia o quanto ela perdeu de espaços em disputas interprofissionais, sobretudo com as ciências sociais aplicadas. A dispersão dos espaços de atuação dos cientistas sociais no mercado de trabalho, sob as mais diversas nomenclaturas é, em si só, uma das dificuldades de seu mapeamento, fazendo crer que a profissão tem uma identidade exclusivamente acadêmica, o que compromete o reconhecimento social da profissão como um todo.

Assim percebida, o “Horizonte” parece mesmo “nebuloso”, sem contornos definidos dos espaços profissionais dos cientistas sociais. A constituição de monopólio pode ajudar a delinear as possibilidades de inserção dos cientistas sociais no mercado de trabalho extra-acadêmico, mas não significa que as disputas interprofissionais e intraprofissionais

findarão. Restam ainda muitos investimentos em pesquisas para se avaliar a situação real destes profissionais, especialmente em espaços extra-acadêmicos, uma vez que estes setores pouco colaboram para seu delineamento teórico. São muitos os desafios a vencer para se ter uma visão ampla ou entendimento da profissão de cientista social, o que cabe a ele, o que ele vem desempenhando no seu cotidiano profissional. É necessário um estudo mais aprofundado, não sendo tarefa de apenas um, mas de muitos, senão de todos.





## REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, Henyo T. **O ofício e a profissionalização da antropologia no Brasil ontem e hoje**: revisando e atualizando os desafios. Disponível em: <

[http://www.academia.edu/9957375/O\\_Of%C3%ADcio\\_e\\_a\\_Profissionaliza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Antropologia\\_no\\_Brasil\\_Hoje\\_revisitando\\_e\\_atualizando\\_os\\_desafios](http://www.academia.edu/9957375/O_Of%C3%ADcio_e_a_Profissionaliza%C3%A7%C3%A3o_da_Antropologia_no_Brasil_Hoje_revisitando_e_atualizando_os_desafios) > acesso 03/06/2015.

BONELLI, Maria da Glória. As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36. 2º semestre 1993, pp 31-61. Disponível em:

[http://www.anpocs.org/porta1/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=115&Itemid=435](http://www.anpocs.org/porta1/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=115&Itemid=435) acesso em: 20/04/2015.

\_\_\_\_\_. **O mercado de trabalho dos cientistas sociais**. RBCS, n. 25, ano 9, junho, 1994 – pp. 111-126.

\_\_\_\_\_. No mundo das Ciências Sociais. in: MICELLI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**; vol. 2, São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995 – pp. 397-440.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre profissões no Brasil. In: MICELLI, Sérgio (org.). **O que ler nas Ciências Sociais brasileiras (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999 – pp. 287-330.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. Cientista sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado da pesquisa, **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.141-167, 2009. Disponível em < <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/1322/1057> > acesso em 21/05/2015.

BRASIL, LEI 11.684 de 02 de junho de 2008. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm) > acesso 02/06/2015.

BRASIL. LEI 6.888 de 10 de dezembro de 1980. Disponível em < [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6888&tipo\\_norma=LEI&data=19801210&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6888&tipo_norma=LEI&data=19801210&link=s) > acesso em 31/05/2015.

CARIA, Telmo H. A mobilização do conhecimento em situação profissional. In: FARTES, Vera e SÁ, Maria Roseli (orgs.), **Currículo, Formação e Saberes Profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Bahia: EdUFBA, 2010 - pp.165-194.

CARIA, Telmo H.; CÉSAR, Filipa; BILTES, Raquel. A profissionalização da Sociologia e o uso dualístico das Ciências Sociais. **Configurações**, 9 / 2012. Disponível em: < <http://configuracoes.revues.org/1083> > acesso em: 01/04/2015.

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. A Antropologia em Santa Catarina. In: **Memória da Antropologia no sul do Brasil**/ COELHO DOS SANTOS, Sílvio organizador – Florianópolis: Ed. da UFSC: ABA, 2006 – pp.17-77.

COSTA, António Firmino. Cultura Profissional dos sociólogos. **Sociologia**, Lisboa, n. 5, out. 1988, pp. 107-124. Disponível em < <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/35/388.pdf> > acesso em 20/05/2015.

COSTA, António Firmino (2004), “Será a Sociologia profissionalizável?”, in Carlos Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (orgs), **Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.35-59. Disponível em < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4271.pdf> > acesso 18/06/2015.

COSTA PINTO, Luiz A.; CARNEIRO, Edison. **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: CAPES (Série Estudos e Ensaios, nº 6), 1955.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, François. **Para qué sirve realmente un sociólogo**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária. in: \_\_\_\_\_. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

FIGUEIREDO, Alessandro Farage; PASCHOALINO, Roberto Bousquet. Profissão: sociólogo, **Revista Sociologia**. Disponível em <http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/39/artigo249864-1.asp> > acesso 21/05/2015.

GUERRA, Isabel. **Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Ação**: o planejamento em Ciências Sociais. 2ª ed. Portugal: Princípiã, 2010.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

LÜCHMANN, Lígia H. H.; FREITAS, Ana Júlia S.; VALDAMERI, Ivandro Carlos. O Curso de Ciências Sociais da UFSC. **Mosaico Social**, ano 1, n. 1; 200 – pp 7-68. Disponível em < <http://cienciassociais.ufsc.br/publicacoes/mosaico-social/edicoes/mosaico-social-ano-i-n-1-2002/> > Acesso 01/06/2015.

MARINHO, Marcelo Jacques Martins da Cunha. **Profissionalização e credenciamento**: a política das profissões. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

MARTINS, Tatiana Gomes. **Raízes da Sociologia Brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual**. Dissertação de Mestrado, 2002. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, UNICAMP.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_ (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/ Editora Vértice/ FINEP, 1989; (Volume 1).

\_\_\_\_\_. O cenário institucional das ciências sociais no Brasil. In: MICELLI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**; vol. 2, São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

MICK, Jacques; DIAMICO, Manuela S.; LUZ, Joel Rosa. O perfil do egresso do curso de Ciências Sociais da UFSC (2000-2009). **Mosaico Social**, ano 6, 2012- pp. 347-386.

MORAES, Luiz Fernando Nunes; Audren Marlei; AZOLIN. Os Cursos de Bacharelado em Ciência Política no Brasil: a perspectiva do mercado de trabalho. 8º Encontro da ABCP 01 a 04/08/2012, Gramado, RS. Disponível em: < [http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29\\_6\\_2012\\_13\\_56\\_49.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29_6_2012_13_56_49.pdf) > Acesso em: 02/06/2015.

SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. Principais abordagens sociológicas para a análise das profissões. **BIB**, São Paulo, nº 71, 1º semestre de 2011, pp. 25-43. Disponível em: < <http://portal.anpocs.org/portal/> > acesso em: 20/05/2015.

SCHWARTZMAN, Simon. (1995), “*Os estudantes de ciências sociais*”. In: PESSANHA, Elina G. da Fonte & VILLAS BÔAS, Glaucia K. (orgs.). ***Ciências sociais: ensino e pesquisa na graduação***, Rio de Janeiro, Jornada Cultural, pp. 55-81. Disponível em < <https://archive.org/details/OsEstudantesDeCienciasSociais> > acesso 05/06/15.

\_\_\_\_\_. *A Força do Novo* - por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 5, 2, 1987, 47-66. Disponível em: < <http://archive.org/details/AForcaDoNovo> > acesso em 15/05/15.

SCHWARCZ, Lília Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, São Paulo, 2011 - 11-16. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a02n82.pdf> > acesso em: 24/06/2015.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Max Weber e a corrente neoweberiana na sociologia das profissões. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan/jun., 2014, pp. 10-29. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/1806-5023.2014v11n1p10/28677> > acesso em 19/05/2015.

SEGATTO, José; BARIANI, Edison. As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. **Revista em Pauta**, vol. 7, n. 25;

jul; 2010 – pp201-2-13. Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2922/2086> > acesso 29/05/2015.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. *O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas*. In: MORAES, Amaury Cesar (org.); **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Coleção Extrapolando o Ensino, 2010 – pp. 15-44. Disponível em: < [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br) > acesso em: 24/06/2015.

SILVA, Tânia Semedo. Sociologia, ciência e profissão (um percurso profissional). **Ciclo de Conferências: Sociologia, Ciência e Profissão** – APS, 9 de Maio de 2005. Évora, Universidade de Évora. Disponível em < [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462ccfb200095\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462ccfb200095_1.pdf) > acesso em 18/06/2015.

SORJ, Bernardo. Estratégias, crises e desafios das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELLI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**; vol. 2, São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995 – pp. 310-339.

SOUSA, J. T. P. A propósito da formação em Sociologia. **Mosaico Social**. Ano 1, n.1; 2002 – 222-230. Disponível em < <http://cienciassociais.ufsc.br/publicacoes/mosaico-social/edicoes/mosaico-social-ano-i-n-1-2002/> > acesso em 01/06/2015.

TORINI, Danilo Martins. **Formação e identidade profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais**. São Paulo, 2012. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras Ciências e Humanas, Universidade de São Paulo.

VILLA BÔAS, Gláucia. Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais. **Tempo Social** – USP, abril, 2003 – pp. 45-62. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000100003&script=sci_arttext) > acesso em: 24/06/2015.

\_\_\_\_\_. **A vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. Disponível em:

<objdigital.bn.br/acervo\_digital/div\_obrasgerais/drg1278656.pdf >  
acesso em: 15/01/15.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Curso de Ciências Sociais – Projeto Político Pedagógico**. Florianópolis, 2006.  
Disponível em: < <http://cienciassociais.ufsc.br/projeto-politico-pedagogico/> > Acesso em: 29/05/2015.

WEBER, Marx. **Ensaaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZAROR, Patrício Enrique Dacaret. **Perspectivas profissionais do Sociólogo: considerações sobre o debate atual**. Florianópolis, 2004.  
Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. **A profissão de Sociólogo no Brasil**. Geocities, 2005.  
Disponível em: < <http://www.geocities.ws/lraizer2003/textossin.html> >  
acesso em: 01/06/2015.

## APÊNDICE A

### Questionário

#### Identificação

Idade \*

Sexo \*

- ☐ Homem
- ☐ Mulher

Estado civil \*

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ Separado
- ☐ Divorciado

Onde você mora? \*

- ☐ Florianópolis ilha ou continente
- ☐ Grande Florianópolis
- ☐ Interior do estado de Santa Catarina
- ☐ Outros estados
- ☐ Outros países

Qual seu local de origem? Estado \*

Qual seu local de origem? (País) \*

#### Curso de Ciências Sociais

Sua opção em cursar Ciências Sociais se deu por que tipo de influência? \*

- ☐ Interesse pela área
- ☐ Influência da família ou pessoas próximas
- ☐ Em função de sua carreira profissional
- ☐ Como subsídio para outra profissão universitária
- ☐ Cultura geral em função da formação generalista
- ☐ Escola (ensino médio)
- ☐ Militância (política, sindical, religiosa...)
- ☐ Outro:

Qual sua habilitação no curso de Ciências Sociais? \*

- ☐ Bacharelado
- ☐ Licenciatura
- ☐ Ambas

Justifique a escolha de habilitação. \*

Qual foi seu trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais \*



- ☐ TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- ☐ TCL - Trabalho de Conclusão de Licenciatura
- ☐ ECP - Estágio Curricular Profissionalizante
- ☐ TCC & TCL
- ☐ ECP & TCL

Se TCC ou ECP justifique sua resposta.

Qual o ano de sua formatura no curso de Ciências Sociais? \*

Qual sua avaliação do curso de Ciências Sociais do período em que você o cursou é? \*

- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima

Justifique apontando o que foi bom e o que poderia ser melhor no curso \*

Você possui outra graduação? \*

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, esta outra graduação em relação ao curso de Ciências Sociais é:

- ☐ Anterior
- ☐ Concomitante
- ☐ Posterior

Qual sua outra graduação?

### **Saída do curso de graduação**

Você deu continuidade aos estudos na pós-graduação? \*

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, em que área de estudo?

- ☐ Sociologia
- ☐ Antropologia
- ☐ Ciência Política
- ☐ Direito
- ☐ Psicologia
- ☐ Educação
- ☐ Administração
- ☐ Filosofia
- ☐ Economia
- ☐ História

- Outro:

Por que você optou em continuar seus estudos nesta área?

### **Inserção no mercado de trabalho**

Você trabalha atualmente? \*

- Sim
- Não

Se sim, qual atividade que você desenvolve?

- Professor (a) universitário
- Professor (a) ensino médio
- Assessor (a)
- Empresário (a)
- Pesquisador (a)
- Consultor (a)
- Gestor (RH, políticas públicas)
- Outro:

Se não, em qual destas categorias você se encontra?

- Profissional de nível superior de outra graduação
- Técnico
- Desempregado (a)
- Outro:

Em que tipo de empresa/organização você trabalha?

- ONG
- Ensino privado
- Ensino público
- Autônomo ( ou freelancer)
- Sindicato
- Pesquisa em órgão público
- Pesquisa em empresa privada
- Outro:

Qual a relação de seu trabalho com o curso de Ciências Sociais?

- Alta relação
- Média relação
- Baixa relação

Enumere 5 (cinco) atividades que você desempenha no dia a dia em seu trabalho?

Qual sua faixa salarial tomando o salário mínimo nacional como referência (724,00)?

- Até um salário
- Acima de um, até dois salários (R\$ 1.448,00)

- ☐ Acima de dois até três salários (R\$ 2.172,00)
- ☐ Acima de três até quatro salários (R\$ 2.896,00)
- ☐ Acima de quatro até cinco salários (R\$ 3.620,00)
- ☐ Acima de cinco até seis salários (R\$ 4.344,00)
- ☐ Acima de seis até oito salários (R\$ 5.792,00)
- ☐ Acima de oito até dez salários (R\$ 7.240,00)
- ☐ Acima de dez salários

Você encontrou dificuldades em se posicionar no mercado de trabalho como cientista social? \*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tentei

Se sim, quais as estratégias que você usou para vencer as dificuldades?

- ☐ Pós-graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Outra graduação
- ☐ Curso técnico
- ☐ Outro:

Avalie o grau de dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho das Ciências Sociais.

- ☐ Muito alta
- ☐ Alta
- ☐ Média
- ☐ Baixa
- ☐ Muito baixa
- ☐ Nula

Justifique sua resposta.

Indique 3 pontos do curso que lhe auxiliaram na entrada no mercado de trabalho.

Indique 3 pontos durante o curso de graduação que poderiam ter sido melhor para facilitar sua entrada no mercado de trabalho.

Como você avalia o mercado de trabalho das Ciências Sociais? \*

Você pode marcar mais de uma alternativa.

- ☐ Em expansão
- ☐ Em retração
- ☐ Permeado por profissionais de outras áreas
- ☐ Disperso
- ☐ Volume de formados/ano muito superior as demandas de trabalho

- Volume de formados/ano insuficiente para suprir as vagas em aberto
- Falta de reconhecimento da profissão
- Outro:

Você possui registro profissional de sociólogo (DRT)? \*

- Sim
- Não

Você está vinculado a alguma associação representativa de classe das Ciências Sociais? \*

- Sim
- Não

Se sim, qual?

- SBS
- ABA
- ABCP
- ISA
- Sindicato Estadual

Você se atualiza na área de Ciências Sociais? \*

- Sim
- Não

Se sim, como você se atualiza?

- Revistas
- Livros
- Eventos
- Outro:



## ANEXO A

### Atribuições dos Sociólogo(a)s para o serviço público

São Paulo, 17 de maio de 2012.

OF nº 009/2012 – Presidência

Ao Excelentíssimo

**Sr. Luís Souza Amaral**

Prefeito de Jequié - BA

Assunto: **Atribuições dos Sociólogo (a)s para o serviço público.**

A **Federação Nacional dos Sociólogos – FNS** por força da **Lei nº 6.888** que criou a profissão de '**Sociólogo/a**' em 10 de dezembro de 1980, regulamentada pelo **Decreto nº 89.531/1984**, sempre viu com muita satisfação a contratação de sociólogo(a)s nos quadros da administração pública. O Sociólogo estuda as complexidades da sociedade, sendo um importante profissional de características polivalentes e possuidor de um vasto conhecimento intelectual. Utiliza-se das mais variadas ferramentas e metodologias de pesquisa, sendo capaz de compreender, elucidar e interpretar os fenômenos sociais, podendo também participar de projetos com outros profissionais nas equipes multidisciplinares. Neste sentido, solicitamos inclusão de vagas para sociólogo(a)s, quando da abertura de concurso público, por esta respeitada instituição pública. Com efeito, seguem algumas atribuições assumidas, e já executadas, por este(a)s profissionais junto aos quadros públicos espalhados pelos mais longes rincões deste país, a fim de orientá-los quanto a importância da contratação deste profissional para zelo dos princípios constitucionais da administração pública contidas no caput do art. 37, principalmente quanto a eficiência, segue:

#### **1. Assistência Social**

Planejar e executar os benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais participando da coordenação, articulação e

desenvolvimento das ações e dos serviços de proteção social básica e especial e da formulação dos programas, projetos e benefícios;

Estabelecer mecanismos e estratégias para efetivar a vigilância socioassistencial; por meio dos processos de monitoramento e avaliação dos programas, benefícios, projetos e serviços socioassistenciais, utilizando método científico e técnicas de pesquisa social para conhecimento da realidade territorial, das condições de vida das populações mais vulneráveis desenvolvendo indicadores e taxas de mensuração das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social e das situações de violações de direitos que incidem sobre as famílias e pessoas, identificação das características e dimensões das situações de precarizações, que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, à socialização e ao convívio familiar;

Analisar os processos e mecanismos de participação popular e das organizações da sociedade civil no exercício da cidadania por meio da participação nos conselhos de controle social;

Produzir orientação técnica e materiais socioeducativos, organizar campanhas informativas e educativas; notificar as ocorrências de situações de violações de direitos; incentivar a mobilização social para o exercício da cidadania; Informar, comunicar e fazer a defesa dos direitos;

Desenvolver atividades socioeducativas que visam à prevenção e a redução do impacto das vicissitudes sociais e naturais dos ciclos de vida, proporcionando acesso ao conhecimento dos direitos sociais e dos mecanismos para sua defesa, rompendo com as ideias tutelares, de subalternidade e de gestão da pobreza;

A atuação do profissional sociólogo/a esta em conformidade com a NOB-RH/SUAS 2006, que estipula a contratação de profissionais com profissões regulamentadas por lei e com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 17, de junho de 2011 que define as categorias profissionais de nível superior que compõe o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

## **2. Habitação**

Na assessoria da formulação das políticas habitacionais e nas análises de viabilidade social de empreendimentos de infraestrutura urbanas e habitacionais;

Auxiliar nos estudos de déficit habitacional e em projetos e programas habitacionais de baixa renda. Nos estudos, diagnóstico social e avaliativo dos processos de remoção/remanejamento ou reassentamento de famílias e o fomento da participação comunitária por intermédio dos trabalhos socioeducativos (como, por exemplo, a educação sanitária com o desenvolvimento de ações voltadas para hábitos de higiene e a educação para mobilidade urbana com ações voltadas a orientar a população sobre temas com as regras de trânsito e campanhas educativas sobre o trânsito) e socioambiental (como, por exemplo, desenvolver ações educativas para discussão/reflexão sobre as questões relacionada ao meio ambiente como o uso adequado da água e a importância da coleta seletiva), conforme o que consta do Caderno de Orientação Técnicas do Técnico Social da Caixa Econômica Federal – COOTS - Novembro de 2010.

### **3. Meio Ambiente e Políticas Públicas Urbanas**

Elaborar, junto à equipe multidisciplinar conforme resolução 001/86 CONAMA, Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais – EIAs/RIMAs, estudos étnico-raciais junto as sociedades tradicionais apontadas como afetadas direta ou indiretamente por alterações provocadas em decorrência de projetos de infraestrutura correlacionados ao meio ambiente.

Atuar com equipes multidisciplinares em programas de Educação Ambiental, desenvolvendo materiais informativos e atividades socioeducativas;

Elaborar, juntamente a equipes multidisciplinares, Estudos de Impacto de Vizinhança, conforme Lei 10.257 – Estatuto das Cidades, art. 37, a fim de contemplar efeitos positivos e negativos em decorrência de obras públicas ou privadas, para obtenção de licença à construção ou instalação de determinado empreendimento ou ampliação deste;

Realizar levantamentos, sistematização e análise de dados socioeconômicos e demográficos (fontes: Censos IBGE, Pesquisas Seade, IPEA e outras fontes) para auxiliar nos estudos e diagnósticos de



planejamento da cidade; levantamento e análise de dados da população; acompanhamento e avaliação do Plano Diretor da cidade no nível Regional e intramunicipal.

#### **4. Saúde**

Participação ativa em grupos multidisciplinares de saúde com outras profissões em instituições de reabilitação profissional;

Atuação em medicina preventiva e em postos de saúde; estudar a organização e o funcionamento dos sistemas público e privado de saúde, assim como as relações entre saúde e sociedade;

Auxiliar nos levantamentos, estudos e diagnósticos que dizem respeito perfil epidemiológico e indicadores na área da saúde.

#### **5. Educação**

Na confecção de políticas públicas para a área educacional realizando estudos e diagnósticos, visando à ampliação ou construção de novos equipamentos; avaliação da demanda escolar; avaliação e supervisão da atuação dos técnicos da educação na relação com pais e alunos; avaliação e supervisão da relação professor-aluno, na aplicação do projeto pedagógico e da política educacional.

#### **6. Trabalho**

Realizar estudos e análises com base na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e no Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados – CAGED que dizem respeito a mercado de trabalho formal, bem como, coletar e analisar informações que dizem respeito a mercado informal trabalho.

Fomentar e realizar estudos na área de geração de renda.

#### **7. Segurança Pública**

No que concerne à política pública (específica de segurança pública) atua elaborando programas de prevenção à criminalidade e violência, na execução dos referidos programas (exemplo de Minas Gerais: Fica Vivo) pode acompanhar - monitorar e avaliar - produzindo diagnóstico e prognóstico;

No geoprocessamento e análise criminal; análise do perfil criminoso e identificação dos locais conhecidos como Zona Quente;

Na capacitação e formação de agentes de segurança pública o sociólogo pode oferecer um arcabouço teórico capaz de identificar diversos determinantes da criminalidade, que o poder e o exercício da atividade policial estão aliados ao conhecimento das divergências sociais, dos valores e dos padrões éticos cultuados pela sociedade, de modo a permitir analisar a realidade atual e os indicadores estatísticos criminais a partir de um conhecimento teórico bem fundamentado e elaboração de indicadores de criminalidade e violência.

## **8. Gestão de Recursos Humanos:**

Atuar no desenvolvimento de estudos e diagnósticos na área de recursos humanos;

Atuação nas seguintes áreas: processos de ensino-aprendizagem (treinamento, capacitação), relações sociais, cultura organizacional, etc.

## **9. Ouvidorias**

Em todos os órgãos públicos registrando as denúncias, analisando e avaliando propostas de intervenção.

## **10. Cultura**

Auxiliar nos estudos e diagnósticos que dizem respeito ao patrimônio histórico e cultural da cidade bem como na política da gestão cultural.

Certos de contar com vossa atenção, enfatizamos a imprescindível contribuição do sociólogo(a) à Prefeitura Municipal de Jequié, qualificando, ainda mais, os trabalhos que vem sendo desenvolvidos por esta administração.

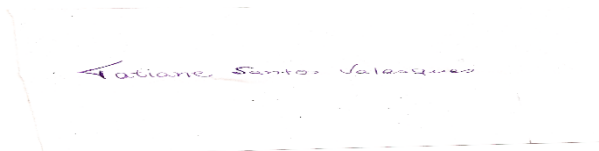
Ficamos à disposição de Vossa Excelência para esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre o assunto em questão.

Respeitosamente,



**Socº Ricardo Antunes de Abreu – DRT 1560 – SP.**

Presidente da Federação Nacional dos Sociólogo(a)s – FNS.



**Socª Tatiane Santos Valasques**

Diretoria da Federação Nacional dos Sociólogos – FNS

Delegada Estadual da Bahia - FNS

Fone: (73) 3525 – 4189

(73) 8811 – 2529

e-mail: tatyvalasques@gmail.com